



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

2443  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2886  
2244  
8

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.500,00 (UM MIL, QUINHENTOS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), pelos Boxes 92 a 95 e 106 a 108 de 57,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.







6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Land Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Plátano de Souza  
p/ Rúsvel Beltrame Rocha


Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

  
Andrade Frutos Ltda - ME  
Permissãoário

Testemunhas: + 22 640

  
Centro Cidadania de Araújo Júnior - BM 105.553-2  
Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro  
SMATES-SMF





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*21/12*  
*24*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

*27/12*  
*04*

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, A CHURRASQUEIRA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.001.764/0001-09 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, FRANCISCO VASCONCELOS CAETANO, portador da CI nº M-242.844, devidamente inscrito no CPF sob o nº 131.981.736-04, nos termos da Alteração Contratual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 4333650, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

*183*  
*23/08/16* *51*  
*Francisco Vasconcelos Caetano*

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 18 a 20 com 144,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 18 a 20 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de carnes e pescados – açougues e peixarias.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*[Handwritten signatures]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

**4.1.** O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

**4.2.** As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836



4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN. *gelo*

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5. A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

*[Handwritten signature]*

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 2.650,00 (DOIS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 31.800,00 (TRINTA E UM MIL, OITOCENTOS REAIS), pelas Lojas 18 a 20 de 144,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.

*[Handwritten signatures and initials]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

*[Handwritten signature]*

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2016.

Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Ara Rônia S. Petrus do Sacramento  
EM 412.280-6 - 029/02 62.050  
Procurador Geral do Município  
Secretaria de Planejamento

Carmelo Cândido de Araújo Junior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

A Churrasqueira Ltda - EPP

Permissãoário

Testemunhas: 35004-8

22563-9



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

988  
A

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

929

8

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Roberto Souza Regis, inscrita no CNPJ sob o nº 16.630.805/0001-59 sediada na Loja 31 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Roberto Souza Regis, portador da CI nº MG-6.081.256, devidamente inscrito no CPF sob o nº 989.173.236-34, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00098917323634, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 31 com 72,29 m², localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**  
**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Loja 31 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de refeições prontas (lanchonete, bar, restaurante, etc).

**CLAUSULA III**  
**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

Q

9

W R



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

489  
990  
ch

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

Pr

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,

g.

Pr





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

99X  
2

591  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

2

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

9

2  
W  
g



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

99/

992  
a

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$498,80 (Quatrocentos noventa e oito reais, oitenta centavos), perfazendo o valor anual de R\$5985,60 (Cinco mil, novecentos oitenta e cinco reais, sessenta centavos), pela Loja 31 de 72,29 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*993*  
*8*

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

*9.*  
*9*  
*9*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

994  
8

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

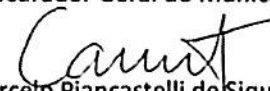
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

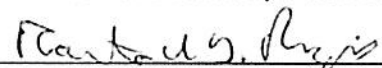
Belo Horizonte 29 de Jan de 2016

  
Marcelo Lana Franco


Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rusvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Roberto Souza Regis - Permissionário

Testemunhas: 1)  27627

2)  35004-8



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNIC. ADJ. DE SEG. ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento - GEASA  
Ger. Licenc. Programas e Feiras dos Sist. de Abastecimento - GELEPF

792  
2

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Procuradoria Geral do Município  
**REGISTRADO**  
Livro nº 101  
Folha 111/117  
Data 08/03/2010

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Marco Antônio de Rezende Teixeira e o Secretário Municipal de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, MARIA JOSÉ DE SOUSA COMÉRCIO DE PEIXES E FRANGOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.582.139/0001-32 sediada na CAM - CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, MARIA JOSÉ DE SOUSA, portador da CI nº MG-4.857.154, devidamente inscrito no CPF sob o nº 875.372.066-00, nos termos do REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS sob o nº 3111054836-7, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA Nº 002/2010 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na RUA MARIA PIETRA MACHADO, nº 125, Bairro SÃO PAULO - Belo Horizonte-MG, onde se encontra instalada CAM - CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da LOJA 29 com 20,00 m², localizado na CAM - CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL.

**CLÁUSULA II**  
Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da LOJA 29 integrante da CAM - CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL, para o exercício da atividade comercial de COMÉRCIO VAREJISTA DE PEIXES E FRUTOS DO MAR E/OU FRANGOS ABATIDOS E DERIVADOS.

**CLAUSULA III**  
Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento - GEASA  
Ger. Licenc. Programas e Feiras dos Sist. de Abastecimento - GELEPT

- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) em caso de constituir sociedade comercial, deverá manter-se como sócio majoritário e administrador durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- e) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- f) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- g) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- h) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- j) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- k) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- l) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- m) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- n) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- o) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- p) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- q) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- r) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

**CLÁUSULA IV**  
Da Permissão Remunerada de Uso



1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.



294  
Q

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5. A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas a energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pelas parcelas mencionadas no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico - operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento - GEASA  
Ger. Licenc. Programas e Feiras dos Sist. de Abastecimento - GELEPF

**CLÁUSULA V**  
Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$120,00 (CENTO E VINTE REAIS), perfazendo o valor anual de R\$1.440,00 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS), pela LOJA 29 de 20,00m<sup>2</sup>, localizado na CAM - CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

**CLÁUSULA VI**  
Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I - o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V - a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI - razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.



796  
②

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

## CLAUSULA VII

### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.





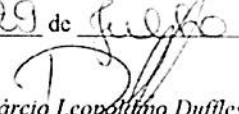
**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Gerência de Apoio ao Sistema de Abastecimento - GEASA  
Ger. Licenc. Programas e Feiras dos Sist. de Abastecimento - GELEFF

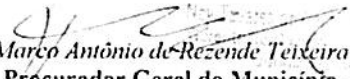
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.


Belo Horizonte, 29 de Julho de 2011

  
Flávio Márcio Leopoldino Duffles

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Marco Antônio de Rezende Teixeira  
Procurador Geral do Município

  
Paulo de Souza Duarte  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro

  
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva  
Secretário Municipal de Finanças

  
PERMISSONÁRIO

Testemunhas: 0135004.8

45.236-3





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*Handwritten notes and signatures:*  
797  
a

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Maria Consuelo Barros, inscrita no CNPJ sob o nº 11.767.511/0001-50 sediada nas Lojas 09 e 10 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Maria Consuelo Barros, portador da CI nº MG-1.005.982, devidamente inscrito no CPF sob o nº 355.465.816-20, nos termos do Requerimento de Empresário registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4461101, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 09 e 10 com 36,50 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 09 e 10 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de refeições prontas (lanchonete, bar, restaurante, etc).

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*Handwritten signatures and initials:*  
g, [Signature], [Signature], [Signature]



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*  
200  
08

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1. A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$286,00 (Duzentos oitenta e seis reais), perfazendo o valor anual de R\$3432,00 (Três mil, quatrocentos trinta e dois reais), pelas Lojas 09 e 10 de 36,50 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - B11/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836



801  
8

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

  
  
  
Página 5 de 6  






**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

80X  
902  
A

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.


Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

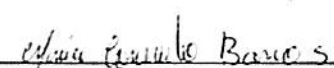
  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional


  
Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Plancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Camilo Candido de Araujo Junior - BM 101.552-9  
Secretário Municipal Adjunto de Trabalho  
SMATES SMT

  
Maria Consuelo Barros - Permissionária

Testemunhas: 1)  2) 27627

2)  35004-8



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

635  
Q

### TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Marcos Bruno da Silva Coelho, inscrita no CNPJ sob o nº 11.817.092/0001-13 sediada no Box 03 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Marcos Bruno da Silva Coelho, portador da CI nº 15.144.946, devidamente inscrito no CPF sob o nº 080.846.996-79, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no site Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00008084699679, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

#### CLÁUSULA I

##### Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box nº 03 com 17,19 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

#### CLÁUSULA II

##### Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso do Box 03 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio de hortifrutigranjeiros.

#### CLAUSULA III

##### Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

MBR

14



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

289  
636

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,

MBR  
W  
g  
g



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

63  
e

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

MBR





Página 3 de 6





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

635  
D

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$129,90 (Cento e nove reais e noventa centavos), perfazendo o valor anual de R\$1558,80 (Um mil, quinhentos cinquenta e oito reais e oitenta centavos), pelo Box nº 03 de 17,19 m², localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

MBS  
17.  
g.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

639  
D

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

2891  
640



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

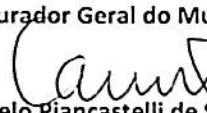
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 23 de Janeiro de 2016

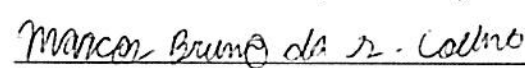
  
Marcelo Lana Franco

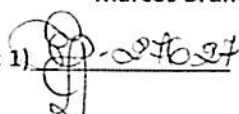
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

Carmelo Cândido de Araújo Junior - BH 10110201  
Secretário Municipal Adjunto de Trabalho  
SMTES BH

  
Marcos Bruno da Silva Coelho - Permissionário

Testemunhas: 1) 

2) 

@ 3



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

605

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **Marcos Bruno da Silva Coelho**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.817.092/0001-13 sediada no Box 02 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Marcos Bruno da Silva Coelho, portador da CI nº 15.144.946, devidamente inscrito no CPF sob o nº 080.846.996-79, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00008084699679, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 002/2015** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box nº 02 com 3,60 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso do Box 02 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio de hortifrutigranjeiros.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSONÁRIA**

3.1 À PERMISSONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

GOA

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

GCs  
P

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$26,35 (Vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), perfazendo o valor anual de R\$316,20 (Trezentos e dezesseis reais e vinte centavos), pelo Box nº 02 de 3,60 m², localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

MBS  
W  
g

P



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

609

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

512

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

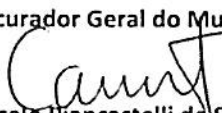
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

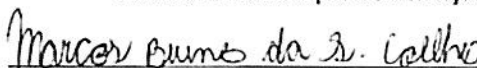
Belo Horizonte, 29 de Jan de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Marcos Bruno da Silva Coelho – Permissionário

Testemunhas: 1)  27627

2)  35004-8





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

74.8  
74.9  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Luiz Bernardo Barbalho, inscrita no CNPJ sob o nº 11.533.186/0001-60 sediada na Loja 03 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Luiz Bernardo Barbalho, portador da CI nº MG-500.544, devidamente inscrito no CPF sob o nº 494.629.976-91, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no site Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00049462997691, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 03 com 11,60 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 03 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Biscoiteria.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~7/10~~  
#51  
α

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

*LB*

*J.*

*[Signature]*

*[Signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$160,00 (Cento e sessenta reais), perfazendo o valor anual de R\$1920,00 (Um mil, novecentos e vinte reais), pela Loja 03 de 11,60 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.











**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

780  
153  
α

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

053

y.

⊗

Ⓢ

q



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~753~~

754  
OK

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

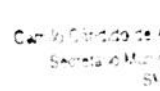
Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

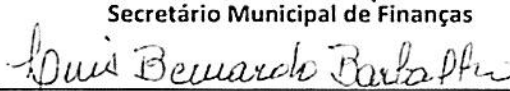
  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

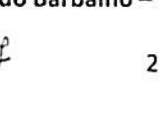
  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Carlos Cândido de Almeida Junior  
Secretário Municipal Adjunto de Trabalho e Saúde

  
Luiz Bernardo Barbalho – Permissionário

Testemunhas: 1) 

2) 

3) 





 **PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

159  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Processo: 01.019863/13-48

PBH  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

154  
1001-13  
100  
Ara 1001-13

1001-13  
107  
12013  
A. J. S. S.

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Lúcia Maria da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 11.777.411/0001-04 sediada na Rua Maria Pietra Machado, 125 - Bairro São Paulo - Box 06 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Lúcia Maria da Silva, portador da CI nº MG-2.891.975, devidamente inscrito no CPF sob o nº 676.775.926-00, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado na portal da Secretaria da Fazenda da Receita Federal - MEI sob o nº 31-8-0012367-6, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2013 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Maria Pietra Machado, nº 125, Bairro São Paulo - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada CAM - Central de Abastecimento Municipal sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box 06 com 4,40 m², localizado na CAM - Central de Abastecimento Municipal.

**CLÁUSULA II**

Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Box 06 integrante da CAM - Central de Abastecimento Municipal, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de temperos, condimentos, chás e similares ou comércio varejista em geral.

**CLAUSULA III**

Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;

Lúcia Maria da Silva

A. J. S. S.

8

Cont  
Página 1 de 6





Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

459

- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter no box, loja ou área especial, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- n) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box, loja ou área especial;
- o) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- p) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- q) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes, lojas ou áreas especiais, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*Lucia maria da Silva*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

160  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

Lucia maria da Silva



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

161  
cf

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de R\$25,80 (Vinte e cinco reais, oitenta centavos) nos termos do item 10 do edital.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$43,00 (Quarenta e três reais), perfazendo o valor anual de R\$516,00 (Quinhentos e dezesseis reais), pelo Box 06 de 4,40 m<sup>2</sup>, localizado na CAM – Central de Abastecimento Municipal.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

Lucia maria da Silva

W

f.

conf. D. f.



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

162  
A

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA

Lucia maria da Silva



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

163  
D

inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

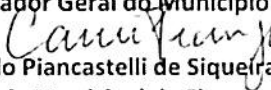
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

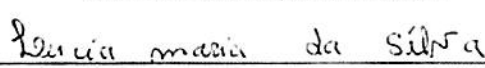
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de Julho de 2013.


  
Flávio Márcio Leopoldino Duffles  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

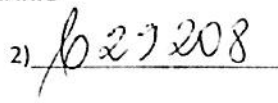
  
Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Lúcia Maria da Silva

PERMISSIONÁRIO

Testemunhas: 1) 

2) 







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

683  
683  
Q

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Lúcia Maria da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 11.777.411/0001-04 sediada no Box 05 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Lúcia Maria da Silva, portador da CI nº M-2.891.975, devidamente inscrito no CPF sob o nº 676.775.926-00, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00067677592600, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box 05 com 4,19 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso do Box 05 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio de produtos de limpeza ou comércio de temperos, condimentos e azeitaria.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



Página 1 de 6

Lúcia Maria da Silva







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

633  
644

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,

Lucia maria da Silva



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

684  
695  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional



Página 3 de 6

Lucia maria da Silva



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

688

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

686

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$59,00 (Cinquenta e nove reais), perfazendo o valor anual de R\$708,00 (Setecentos e oito reais), pelo Box 05 de 4,19 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



Lucia maria da Silva







**P R E F E I T U R A  
B E L O H O R I Z O N T E**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~686~~  
~~687~~  
687  
8

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

Isaac Maria da Silva





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

688  
698  
9

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

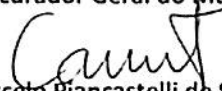
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

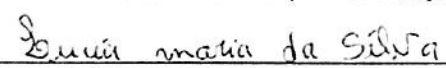
Belo Horizonte, 29 de Jan de 2016

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Lúcia Maria da Silva

Lúcia Maria da Silva – Permissionária

Testemunhas: 1)  - 27627

2)  - 350048





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

*341*  
*[Handwritten mark]*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Latimel Laticínios e Mercearia Ltda \_ ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.842.497/0001-65 sediada nas Lojas 25 e 26 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Angélica Costa Fortes, portador da CI nº MG-5.607.411, devidamente inscrito no CPF sob o nº 005.252.636-40, nos termos do Alteração Contratual nº 5 registrado na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais o nº 4329599, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 25 e 26 com 48,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 25 e 26 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de mercearia.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*30x*

*[Handwritten mark]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6/4/11  
542  
g

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

9/8  
543  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

JOX

Q

Q

Q

g. a.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

91412  
544  
/x

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais), perfazendo o valor anual de R\$5400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais), pelas Lojas 25 e 26 de 48,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

9146  
545  
8

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

Jack

8



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

01418  
546  
a

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.


Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

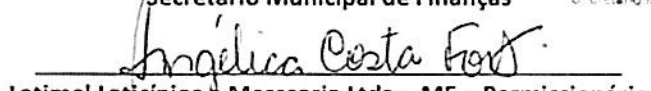
  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

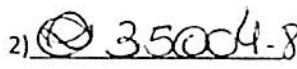
  
Rusvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Camilo Candido de Araujo Junior - RM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SVATES SMF

  
Latimel Laticínios e Mercaria Ltda - ME - Permissionário

Testemunhas: 1)  27627

2)  35004-8





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

923  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **Laticínios Ferreira e Talim Ltda - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.836.768/0001-16 sediada nas Lojas 23 e 24 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **Graziele Amanda de Oliveira Ferreira**, portador da CI nº MG-12.092.786, devidamente inscrito no CPF sob o nº 092.302.826-93, nos termos do Contrato Social por Transformação de Empresário registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3129977876-3, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 23 e 24 com 48,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 23 e 24 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de laticínios e similares.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSONÁRIA**

3.1 À PERMISSONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

925  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

8







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

291  
D  
925  
926  
α

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

**5.1.A PERMISSIONÁRIA** pagará mensalmente ao **PERMITENTE** o valor mensal de **R\$807,25** (Oitocentos e sete reais e vinte cinco centavos), perfazendo o valor anual de **R\$9687,00** (Nove mil, seiscentos e oitenta sete reais), pelas Lojas 23 e 24 de 48,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**5.1.1.** A **PERMISSIONÁRIA** realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao **PERMITENTE**, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

**5.1.2.** Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

**5.2** A **PERMISSIONÁRIA** é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

**6.1.** A inexecução total ou parcial pela **PERMISSIONÁRIA** do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

**6.1.1.** Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

**6.2.** Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

9106  
921  
8

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

9




**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

928

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

928

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 23 de Janeiro de 2016

Marcelo Lana Franco

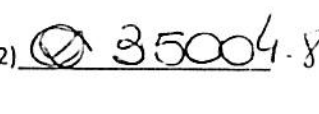
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

Grazieli Amanda de Oliveira Almeida  
Laticínios Ferreira e Talim Ltda – ME – Permissionária

Testemunhas: 1) 

2) 

43.2  
2

 **PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**  
**PROCESSO: 01. 115679.16.04**

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pela Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, Darklane Rodrigues Dias, presentes o Procurador Geral do Município, Tomaz de Aquino Resende e o Secretário Municipal de Finanças, Fuad Jorge Noman Filho, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Joycelaine Cristina de Freitas, inscrita no CNPJ sob o nº 17.880.922/0001-33 sediada na CAM – Central de Abastecimento Municipal doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato, representada por seu representante legal, Joycelaine Cristina de Freitas, portador da CI nº MG-11858542, devidamente inscrito no CPF sob o nº 015.892.556-40, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no Portal do Microempreendedor sob o nº 31-8-0317900-1, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 004/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada CAM – Central de Abastecimento Municipal sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 06 com 18,0 m<sup>2</sup>, localizado na CAM – Central de Abastecimento Municipal.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 06, integrante da CAM – Central de Abastecimento Municipal, para o exercício da atividade comercial de comércio varejista em geral ou prestação de serviço em geral (cabeleireiro, manicure, pedicure).

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;

436  
C



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

- d) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- e) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- f) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- g) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- h) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- i) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- j) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- k) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- l) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- m) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do Edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou



435  
Q



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

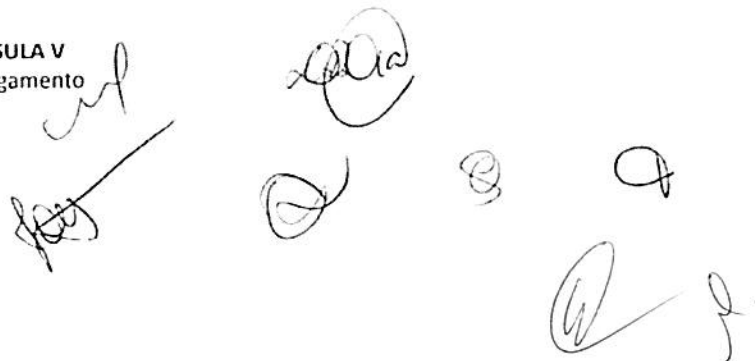
4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA V**  
**Do Pagamento**



436  
E



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

5.1. A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais), perfazendo o valor anual de R\$4.560,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais), pela Loja 06 de 18,0 m<sup>2</sup>, localizado na CAM – Central de Abastecimento Municipal.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.


6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV – a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste



43  
2



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.





438  
2



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

**CLAUSULA VII**

**Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2017


  
Darklane Rodrigues Dias

Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

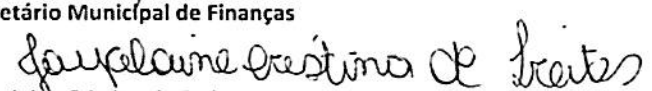
  
Tomaz de Aquino Resende

Procurador Geral do Município

Marlus Keller Riani - BM 114.240-0  
Procurador Geral Adjunto  
Administrativo-Consultivo

  
Fuad Jorge Noman Filho

Secretário Municipal de Finanças

  
Joycelaine Cristina de Freitas

Permissionário

Testemunhas: 1) 35004-8

2) 27624-1



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*folha 1*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

*04/04/2016  
03  
Linda*

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, José Wilson de Souza - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.367.522/0001-09 sediada na Loja 01 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, José Wilson de Souza, portador da CI nº MG-5.624.392, devidamente inscrito no CPF sob o nº 730.626.346-34, nos termos do Requerimento de Empresário registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4447630, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 01 com 24,00 m², localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**  
**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 01 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Açougue e/ou peixaria.

**CLAUSULA III**  
**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~101~~  
102  
A

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

703  
703  
Q

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~292~~  
104  
08

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$393,59 (Trezentos e noventa três reais, cinquenta e nove centavos), perfazendo o valor anual de R\$4723,08 (Quatro mil, setecentos vinte e três reais, oito centavos), pela Loja 01 de 24,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.









**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

20/11/2015  
#05  
a

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

206  
A

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

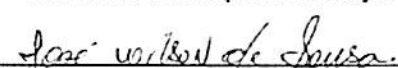
Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

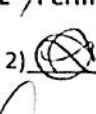
  
Marcelo Piancastelli de Figueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
José Wilson de Souza - ME - Permissionário

Testemunhas: 1)

 - 21621

2)

 - 35004-8



 **PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

134

8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Processo: 01.019863/13-48

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Jhon Wesley da Silva Coelho, inscrita no CNPJ sob o nº 17.918.663/0001-92 sediada na Rua Maria Pietra Machado, 125 – Bairro São Paulo – Box 01 – Central de Abastecimento Alimentar - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Jhon Wesley da Silva Coelho, portador da CI nº MG-15114941, devidamente inscrito no CPF sob o nº 016.685.206-64, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no portal da Secretaria da Fazenda da Receita Federal - MEI sob o nº 31-8-0317900-1, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2013 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Maria Pietra Machado, nº 125, Bairro São Paulo - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada CAM – Central de Abastecimento Municipal sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box 01 com 8,43 m<sup>2</sup> (metros quadrados), localizado na CAM – Central de Abastecimento Municipal.

**CLÁUSULA II**

Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso do Box 01 integrante da CAM – Central de Abastecimento Municipal, para o exercício da atividade comercial de Comércio Varejista em Geral ou Comércio Varejista de Refeições Prontas (lanchonete, bar, cafeteria, restaurante, etc).

**CLAUSULA III**

Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;

Jhon Wesley da Silva Coelho





Cont



- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter no box, loja ou área especial, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- n) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box, loja ou área especial;
- o) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- p) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- q) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes, lojas ou áreas especiais, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*Assinatura*



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

736

8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*Handwritten signatures and initials*



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

137  
4

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de R\$51,00 (Cinquenta e um reais) nos termos do item 10 do edital.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$85,00 (Oitenta e cinco reais), perfazendo o valor anual de R\$1.020,00 (Um mil, vinte reais), pelo Box 01 de 8,43 m<sup>2</sup>, localizado na CAM – Central de Abastecimento Municipal.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

*fulalho*

*8*

*137*



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

138

8

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA

*fulberto*

*9*

*Cont*

*Página 5 de 6*

*[Assinatura]*

*3*





Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

139

inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

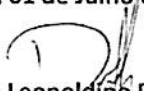
7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

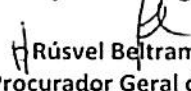
7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

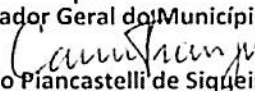
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

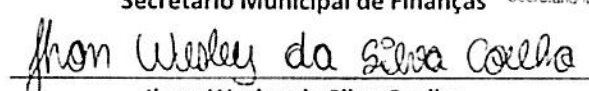
Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de Julho de 2013.

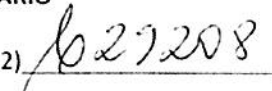
  
Flávio Márcio Leopoldino Duffles  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Jhon Wesley da Silva Coelho  
PERMISSÃO

Testemunhas: 1)  27627

2)  627208



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

892

293

8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Império dos Ovos Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.952.162/0001-60 sediada nas Lojas 18, 19 e 20 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Júlio César dos Santos, portador da CI nº MG-5.588.902, devidamente inscrito no CPF sob o nº 936.032.586-49, nos termos da Primeira Alteração Contratual Consolidada da Firma registrada na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4946290, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 18, 19 e 20 com 35,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 18, 19 e 20 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio de Ovos.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

8033  
294  
8

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

894  
895  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.


4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

  
296  
8

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$500,00 (Quinhentos Reais), perfazendo o valor anual de R\$6.000 (Seis mil reais), pelas Lojas 18, 19 e 20 de 35,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.













**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

896  
2

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

857  
8

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.











292  
B



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

897  
897  
8

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

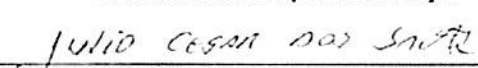
  
Marcelo Lana Franco

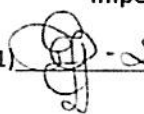
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

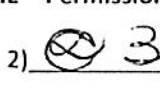
  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Plancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

Camilo Candido de Araujo Junior - 28/11/2016  
Secretário Municipal Adjunto de Trabalho e  
SHATES SMF

  
Julio Cesar dos Santos  
Império dos Ovos Ltda - ME - Permissionário

Testemunhas: 1)  - 27627

2)  35004.8

  
  
 3.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - B11/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1019  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **Djaime Rodrigues**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.250.825/0001-60 sediada nas Loja 32 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Djaime Rodrigues, portador da CI nº MG-5.073.210, devidamente inscrito no CPF sob o nº 924.429.356-00, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual registrado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sob o nº 00092442935600, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 32 com 26,80 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 32 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de refeições prontas (lanchonete, bar, restaurante, etc).

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1030  
1031  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

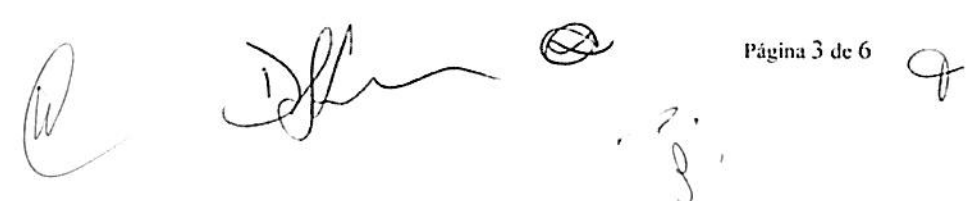
4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1022  
8

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$198,00 (Cento noventa e oito reais), perfazendo o valor anual de R\$2376,00 (Dois mil, trezentos setenta e seis reais), pela Loja 32 de 26,8,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.


9



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1022  
1023  
8

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.









2951  
D



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

10.24  
cf

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII**

##### **Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.


Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

  
Marcelo Lana Franco


Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

  
Djaimé Rodrigues – Permissionário

Testemunhas: 1)  2.16.24

2)  35004-8





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

971  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Comercial Lagoa Bonita Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.158.106/0001-49 sediada na Loja 30 - Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Antônio José Rodrigues, portador da CI nº M-311.957, devidamente inscrito no CPF sob o nº 276.745.926-34, nos termos do Terceira Alteração do Contrato Social de Constituição registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4513418, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 002/2015 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal - CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 30 com 20,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal - CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Loja 30 integrante da Central de Abastecimento Municipal - CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de mercearia.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

972  
973  
8

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

290.  
C123  
974  
a

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$159,00 (Cento cinquenta e nove reais), perfazendo o valor anual de R\$1908,00 (Um mil, novecentos e oito reais), pela Loja 30 de 20,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

5.1.1. A PERMISSONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

9/10  
Q

575  
Q

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

Q



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

9/8  
9/6  
8

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

Comercial Lagoa Bonita Ltda - ME - Permissionário

Testemunhas: 1) P. 29627

2) 35004-8

@ 3



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

730  
731  
98

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.009660-15-04

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **Briza Micheline dos Reis Maia**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.858.129/0001-51 sediada no Loja 02 – Central de Abastecimento Municipal - CAM doravante designada PERMISSONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **Briza Micheline dos Reis Maia**, portador da CI nº MG-12.238.930, devidamente inscrito no CPF sob o nº 049.354.956-00, nos termos do **Requerimento de Empresário** registrado na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3111029796-8, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 002/2015** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM - Rua Maria Pietra Machado, nº 125, bairro São Paulo, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada Central de Abastecimento Municipal – CAM sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 02 com 24,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 02 integrante da Central de Abastecimento Municipal – CAM, para o exercício da atividade comercial de Comércio Varejista de Mercearia.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSONÁRIA**

3.1 À PERMISSONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~73X~~

732  
X

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editais.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

732  
X

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

733  
X

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

233

134

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

**5.1.A PERMISSIONÁRIA** pagará mensalmente ao **PERMITENTE** o valor mensal de **R\$302,50 (Trezentos e dois reais, cinquenta centavos)**, perfazendo o valor anual de **R\$3630,00 (Três mil, seiscentos e trinta reais)**, pela Loja 02 de 24,00 m<sup>2</sup>, localizado na Central de Abastecimento Municipal – CAM.

**5.1.1.** A **PERMISSIONÁRIA** realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao **PERMITENTE**, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

**5.1.2.** Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

**5.2** A **PERMISSIONÁRIA** é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

**6.1.** A inexecução total ou parcial pela **PERMISSIONÁRIA** do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

**6.1.1.** Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

**6.2.** Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

*(Handwritten signature)*

9

3



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

7.04  
X

135  
α

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

*136*  
*8*

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2016

*[Handwritten signature]*  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

*[Handwritten signature]*  
Rusvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

*[Handwritten signature]*  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Secretário Municipal de Finanças

*[Handwritten signature]*  
Célio Cândido de Araujo Junior - DM 105.0032  
Secretário Municipal Adjunto de Trabalho  
SUATES SMO

*[Handwritten signature]*  
Briza Micheline dos Reis Maia – Permissionário

Testemunhas: 1) *[Handwritten signature]* - 27637

2) *[Handwritten signature]* - 35004-8



*[Handwritten signature]*




**54. ANEXO II DO CONTRATO**

**ATOS CONSTITUTIVOS DA CONCESSIONÁRIA**

CONCESSÃO PARA GESTÃO, REFORMA, REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO E DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL/FEIRA DO BAIRRO SÃO PAULO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG.




 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
		2054			

**1 - REQUERIMENTO**

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SPE NOVO CRUZEIRO S/A  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
MGP2100471504

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	005			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUICAO
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

BELO HORIZONTE  
Local

22 JULHO 2021  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

☐ NÃO ☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se. ☐ ☐ ☐ ☐

☐ Processo indeferido. Publique-se. ☐ ☐ ☐ ☐

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) ☐ 2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se. ☐ ☐ ☐ ☐

☐ Processo indeferido. Publique-se. ☐ ☐ ☐ ☐

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal Vogal Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucmg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

*(Assinatura)*



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

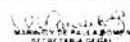
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
SECRETARIA GERAL

pág. 2/36



**DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA  
SOCIEDADE POR AÇÕES DENOMINADA SPE NOVO CRUZEIRO S/A  
(EM ORGANIZAÇÃO)**

1. Realizada no dia 17 de maio de 2021, às 10:00 horas, no local onde será a sede social da Companhia, localizada na Rua Urano, 145 – Térreo, Sala 06, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-580.
2. Presente os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital social inicial da Companhia, a saber:
  - (i) **CONATA ENGENHARIA LTDA**, sociedade limitada, com sede na Rua Urano, 145 – Térreo, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-580, inscrita no CNPJ sob o n. 01.535.369/0001-61, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – sob o NIRE 3120534665-6, neste ato, através de seu representante legal Alexandre Humberto Caramatti Manata, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Nova Lima/MG, à Alameda do Morro, n. 85 – apartamento n. 1500, bairro Vila da Serra, CEP 34.006-083, portador da Carteira de Identidade n. M- 4.758.943, SSP/MG e Carteira Profissional n. 65.635/D e inscrito no CPF sob o n. 752.093.656-20 e/ou Gustavo Bueno Camatta, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, à Rua Maestro Arthur Bosmans, n. 15 – apartamento n. 1800, bairro Belvedere, CEP 30.320-680, portador da Carteira de Identidade nº M- 2.973.566, SSP/MG e Carteira Profissional n. 65.483/D e inscrito no CPF sob o n. 889.703.296-68, doravante designada “CONATA” quando referida individualmente;
  - (ii) **INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, sociedade limitada, com sede na Avenida Raja Gabaglia – 4977, Sala 404, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.360-670, inscrita no CNPJ sob o n. 57.444.283/0001-88, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – sob o NIRE nº 31.300.025.454, neste ato, através de seu representante legal Wesley Bambirra Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, à Rua Professor Raimundo Cândido, 52, apto.601, Bairro Belvedere, CEP 30320-650, portador da Carteira de Identidade n. M- 1.378.485, SSP/MG e Carteira Profissional n. 66852/D e inscrito no CPF sob o n. 684.086.686-68, doravante designada “INFRACON” quando referida individualmente.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

   
SECRETARIA GERAL

pag 3/36

- (iii) **UAI INVESTIMENTOS INFRAESTRUTURA EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES S/A**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 02.761.241/0001-89, com sede na Rua Saturnino de Brito nº 17, sala 04, Bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.111-020, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por Elias Tergilene Pinto Junior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade SSP/MG MG 6.216-357 e CPF nº 873.881.896-53, residente e domiciliado à Rua Saturnino de Brito nº 17, sala 04, Bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.111-020, doravante designada **"UAI"** quando referida individualmente.
- (iv) **FACILE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, sediada na Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por Joel Ayres da Motta Filho, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº M 842.281 e CPF nº 531.619.636-87, residente e domiciliado à Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044, doravante designada **"FACILE"** quando referida individualmente.
- (v) **B2I PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 31.100.299/0001-80, com sede na Rua Bandeira Paulista nº 726, Conjunto 283, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-002, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por Thiago Alexander Costa Grego, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.401.302, SSP/MG e CPF nº 044.657.046-07, residente e domiciliado à Rua Bandeira Paulista nº 726, Conjunto 283, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-002, doravante designada **"B2I"** quando referida individualmente.
- (vi) **URBANES EMPREENDIMENTOS EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 93.059.897/0001-00, com sede na Av. Fernando Ferrari nº 1091, sala 101, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por Hélio Antônio Amaral Militz Junior, brasileiro, solteiro, empresário, identidade 9093762855 SSP/RS CPF 015.953.040-70, e/ou Iara Perdigão Milagres, casada, procuradora, identidade MG 10.834-743 CPF 080.432.406-98, residente e domiciliado à Av. Fernando Ferrari nº 1091, sala 101, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801, doravante designada **"URBANES"** quando referida individualmente.
3. Presidida pelo Sr. Alexandre Humberto Caramatti Manata e secretariado pelo Sr. Joel Ayres da Motta Filho, acima qualificados.





4. O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriormente alterações, sob a denominação de **SPE NOVO CRUZEIRO S/A**, ("Companhia") na forma do projeto de Estatuto Social que se achava sobre a mesa, e com sede na Rua Urano, 145 – Térreo, Sala 06, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-580.
5. Passou-se, então, à leitura e discussão do projeto de Estatuto Social, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes e anexado, em sua íntegra, à Ata desta Assembleia como seu Anexo I.
6. Informou o Sr. Presidente que sobre a mesa encontrava-se igualmente o Boletim de Subscrição das ações representativas do capital social, já assinado pelas Acionistas fundadoras, que subscreveram e integralizam, no ato, a totalidade do capital da Companhia, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), dividido em 250 (duzentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Conforme consta do Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente Ata como seu **Anexo II**, o capital social foi subscrito e integralizado pelas Acionistas fundadoras da seguinte forma: (i) a Acionista **CONATA** subscreveu 75 (setenta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), no ato, em moeda corrente nacional; (ii) a Acionista **INFRACON** subscreveu 30 (trinta) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 30,00 (trinta reais), no ato, em moeda corrente nacional; (iii) a Acionista **UAI** subscreveu 5 (cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 5,00 (cinco reais), no ato, em moeda corrente nacional. (iv) a Acionista **FACILE** subscreveu 70 (setenta) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 70,00 (setenta reais), no ato, em moeda corrente nacional. (v) a Acionista **BZI** subscreveu 35 (trinta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), no ato, em moeda corrente nacional; e (vi) a Acionista **URBANES** subscreveu 35 (trinta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, representativas do capital social e integralizou R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), no ato, em moeda corrente nacional.
7. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do Art. 80 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia de pleno direito.
8. Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social, à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, tendo sido eleitos pelas Acionistas fundadoras, por unanimidade, os Srs.: **(A)** Alexandre Humberto Caramatti



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208-27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Manata, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Nova Lima/MG, à Alameda do Morro, n. 85 – apartamento n. 1500, bairro Vila da Serra, CEP 34.006-083, portador da Carteira de Identidade n. M-4.758.943, SSP/MG e Carteira Profissional n. 65.635/D e inscrito no CPF sob o n. 752.093.656-20, como **Presidente do Conselho de Administração** da Companhia, e como seu respectivo suplente o Sr. Gustavo Bueno Camatta, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, à Rua Maestro Arthur Bosmans, n. 15 – apartamento n. 1800, bairro Belvedere, CEP 30.320-680, portador da Carteira de Identidade nº M- 2.973.566, SSP/MG e Carteira Profissional n. 65.483/D e inscrito no CPF sob o n. 889.703.296-68; **(B)** Joel Ayres da Motta Filho, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº M 842.281 e CPF nº 531.619.636-87, residente e domiciliado à Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044, e como seu respectivo suplente a Sra. Fernanda Cunha Guerra Pinto Coelho, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº MG-10013827 e CPF nº 041.060.286-89, residente e domiciliada à Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044; e **(C)** Thiago Alexander Costa Grego, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG 10.401.302, SSP/MG e CPF nº 044.657.046-07, residente e domiciliado à Rua Bandeira Paulista nº 726, Conjunto 283, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-002, e como seu respectivo suplente o Sr. Hélio Antônio Amaral Militz Junior, brasileiro, solteiro, empresário, identidade 9093762855 SSP/RS CPF 015.953.040-70, e/ou Iara Perdigão Milagres, casada, procuradora, identidade MG 10.834-743 CPF 080.432.406-98, residente e domiciliado à Av. Fernando Ferrari nº 1091, sala 101, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801.

9. Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social, à eleição da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos, tendo sido eleitos pelo Conselho de Administração, por unanimidade, **Diretor Presidente** ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA, já qualificado acima; **Diretor sem designação** MARCOS ANDRÉ BITTENCOURT KAYSER, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 9541610-1, expedida pela SSP/MG, e CPF 010.767.636-26, residente e domiciliado à Rua Engenheiro Albert Scharle, 30, apto 904, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP 30.380-370.
10. Após a eleição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, foi aprovada a não fixação de remuneração dos administradores no presente exercício. Na sequência os acionistas delegaram ao Conselho de Administração a obrigação de individualizar a remuneração global quando fixada.
11. Os Conselheiros aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer



a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

12. Na sequência, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, os fundadores, por unanimidade, escolheram o jornal Hoje em Dia para, juntamente com o Diário Oficial de Minas Gerais, realizar as publicações da Companhia ordenadas pela Lei nº 6.404/76.
13. O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que os Conselheiros ficariam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes.
14. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Belo Horizonte, 17 de maio de de 2021

**Assina digitalmente:**

Alexandre Humberto Caramatti Manata  
Diretor Presidente

**Advogado Responsável:**

Nome: Ben-Hur Silva de Albergaria Filho

CPF/MF: 813.956.206-87

OAB/MG - 70423



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Ute 31300141764 e protocolo 215782208 27/07/2021. Autenticação 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578 220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pag. 7/36





**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/36

25/08/2021 - BANCO DO BRASIL - 13:36:07  
571112249 0177

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE  
EM DINHEIRO

CLIENTE: SPE NOVO CRUZEIRO S A  
AGENCIA: 3494-0 CONTA: 1.535.369-9

DATA	25/08/2021
NR. DOCUMENTO	57.111.224.900.177
VALOR DINHEIRO	250,00
VALOR TOTAL	250,00

NR. AUTENTICACAO 3.CBC.FB2.9E2.976.8E0  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES,



W 3





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

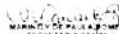
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
623.957.426-00	PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 pág. 10/36

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA		VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MG			
CATEGORIA CONTADOR		Nº DO REGISTRO MG-050394/0-2	
NOME PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHÃES			
FILIAÇÃO PEDRO FERREIRA MAGALHÃES ROSA FREIRE MAGALHÃES			
NASCIMENTO 16.09.1965	NACIONALIDADE BRASILEIRA	NATURALIDADE SAO FRANCISCO-MG	
EXPIRAÇÃO 16.06.1999			
ASSINATURA DO TITULAR			

TÍTULO		CPN	
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS		620.957.426-00	
TÍTULO EXPEDIDO POR DECL. DE PROVISORIO		DIPLOMAÇÃO	
FAC. DE ADM. E FINANÇAS DO NORTE DE MINAS		18.12.1987	
Esta carteira tem validade pública como documento de identificação nos termos do artigo 18 do D.O. 14.055 de 27/05/46 e artigo 11 da Lei nº 11.055/75			
ASSINATURA DO TITULAR		Nº 3.551.345	
FOTO		FOTO	



Junta Comercial do Estado do Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
623.957.426-00	PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 12/36

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA**

**SPE NOVO CRUZEIRO S/A** realizada em 17 de maio de 2021

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

Valor do Capital Subscrito e Integralizado: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); Preço de emissão unitário: R\$ 1,00 (um real); Número total de ações: 250 (duzentos e cinquenta) ações ordinárias sem valor nominal. Forma de integralização: em moeda corrente nacional

Adionistas	Nº de Ações integralizadas	Valor da subscrição em R\$	Valor da Integralização em R\$
<b>CONATA ENGENHARIA LTDA</b> , sociedade limitada, com sede na Rua Urano, 145 – Térreo, Sala 05, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-580, inscrita no CNPJ sob o n. 01.535.369/0001-61, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – sob o NIRE 3120534665-6, neste ato, através de seu representante legal Alexandre Humberto Caramatti Manata, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Nova Lima/MG, à Alameda do Morro, n. 85 – apartamento n. 1500, bairro Vila da Serra, CEP 34.000-00, portador da Carteira de Identidade n. M- 4.758.943, SSP/MG e Carteira Profissional n. 65.635/D e inscrito no CPF sob o n. 752.093.656-20.	75 (setenta e cinco) ações ordinárias	R\$75,00 (setenta e cinco reais)	R\$75,00 (setenta e cinco reais)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578 220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

<b>INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA</b> , sociedade limitada, com sede na Avenida Raia Gabaglia – 4977, Sala 404, bairro Santa Lucia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.360-670, inscrita no CNPJ sob o n. 57.444.283/0001-88, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – sob o NIRE nº 31.300.025-454, neste ato, através de seu representante legal Wesley Bamberia Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na cidade de Belo Horizonte/MG, a Rua Professor Raimundo Cândido, 52, apto. 601, Bairro Belvedere, CEP 30320-650, portador da Carteira de identidade n. M-1.378.485, SSP/MG e Carteira Profissional n. 66852/D e inscrito no CPF sob o n. 684.086.686-68.	30 (trinta) ações ordinárias	R\$30,00 (trinta reais)	R\$30,00 (trinta reais)
<b>UAI INVESTIMENTOS INFRAESTRUTURA EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES S/A</b> , sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 02.761.241/0001-89, com sede na Rua Saturnino de Brito nº 17, sala 04, Bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.111-020, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por Elias Tergilene Pinto Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade SSP/MG nº 6.216-357 e CPF nº 873.881.896-53, residente e domiciliado à Rua Saturnino de Brito nº 17, sala 04, Bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.111-020.	5 (cinco) ações ordinárias	R\$5,00 (cinco reais)	R\$5,00 (cinco reais)
<b>FACILE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO EIRELI</b> , empresa individual de responsabilidade limitada, sediada na Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por seu representante legal, Joel Ayres da Motta Filho, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº M 842.281 e CPF nº 531.619.636-87, residente e domiciliado à Av. do Contorno nº 6594, sala 202, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.110-044.	70 (setenta) ações ordinárias	R\$70,00 (setenta reais)	R\$70,00 (setenta reais)
<b>B21 PARTICIPAÇÕES LTDA</b> , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 31.100.299/0001-80, com sede na Rua Bandeira Paulista nº 726, Conjunto 283, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-002, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por seu representante legal, Thiago Alexander Costa Grego, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n. MG 10.401.302, SSP/MG e CPF n. 044.657.046-07, residente e domiciliado à Rua Bandeira Paulista nº 726, Conjunto 283, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-002.	35 (trinta e cinco) ações ordinárias	R\$35,00 (trinta e cinco reais)	R\$35,00 (trinta e cinco reais)
<b>URBANES EMPREENDIMENTOS EIRELI</b> , empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 93.059.897/0001-00, com sede na Av. Fernando Ferrari nº 1091, sala 101, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por Bairo Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801, neste ato representado por Helio Antônio Amaral Militz Junior, brasileiro, solteiro, empresário, identidade 9093762855 SSP/RS CPF 015.953.040-70, residente e domiciliado à Av. Fernando Ferrari nº 1091, sala 101, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, em Santa Maria/RS, CEP 97.050-801.	35 (trinta e cinco) ações ordinárias	R\$35,00 (trinta e cinco reais)	R\$35,00 (trinta e cinco reais)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucecmg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Belo Horizonte, 17 de maio de 2021

Assina digitalmente:

Alexandre Humberto Caramatti Manata  
Diretor Presidente

Advogado Responsável:

Nome: Ben-Hur Silva de Albergaria Filho  
CPF/MF: 813.956.206-87  
OAB/MG - 70423



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, IRE 31300141764 e protocolo 215782208/27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

3

Ⓟ



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021

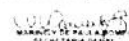
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 pág. 16/36

**ANEXO I DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA  
SPE NOVO CRUZEIRO S/A,**

realizada em 17 de maio de 2021

**ESTATUTO SOCIAL DA  
SPE NOVO CRUZEIRO S/A.  
(EM ORGANIZAÇÃO)**

**CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º** – A SPE NOVO CRUZEIRO S/A (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas demais disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”).

**Artigo 2º** – A Companhia terá por objeto social único a exploração da concessão administrativa, prevista na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e na Lei Municipal nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020, para a “concessão administrativa para gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital do Cruzeiro, no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais”, durante o prazo estabelecido no Edital de Licitação da Concorrência nº 006/2020, processo nº 01.087749.20.15 e no instrumento firmado entre o Município de Belo Horizonte, MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda (“Poder concedente”), e a Companhia, visando regular os termos da referida concessão administrativa (“Contrato de Concessão”), com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidade, exceto pela exploração de atividades acessórias, extraordinárias e complementares e pela implantação de projetos associados, conforme admitidas pelo Poder Concedente nos termos do Edital e Contrato de Concessão.

**Parágrafo Primeiro** – É vedada qualquer alteração ao objeto social da Companhia sem a prévia anuência do Poder Concedente.

**Parágrafo Segundo** – Caberá à Companhia a execução de todas as obrigações contratuais a ela atribuídas pelo Contrato de Concessão, às quais estará também vinculada, podendo subcontratar terceiros para a prestação dos serviços inerentes à concessão, acessórios ou complementares às obras e aos serviços não assistenciais, bem como para a implantação de projetos associados, conforme regramento do Contrato de Concessão.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sua sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais à Rua Urano, 145 – Térreo, Sala 06, bairro Santa Lúcia, cidade de Belo Horizonte/MG, CEP



30.350-580, podendo abrir, encerrar e manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do Exterior, procedendo, porém, para tanto, à alteração do presente contrato social e obedecendo as exigências legais.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo de duração necessário ao cumprimento do objeto social e de todas as obrigações decorrentes do Edital e do Contrato de Concessão, para a prestação de serviços de gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital do Cruzeiro, no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

## **CAPÍTULO II CAPITAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), dividido em 2.50 (duzentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – O capital social da Companhia poderá ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, até o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a correspondente emissão de ações ordinárias, mantendo-se a proporcionalidade da participação dos acionistas, competindo, ainda, ao Conselho de Administração esclarecer as condições correspondentes, incluindo, sem limitação, o preço, o prazo e a forma de sua integralização.

**Parágrafo Segundo** – A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

**Artigo 6º** – A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) Importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em lei e no Edital;
- b) O prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração por ocasião da chamada de capital; e
- c) A integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro** – O valor do capital social da Companhia deverá ser sempre mantido em estrita observância aos termos e condições previstos no Edital e no Contrato de Concessão.

**Parágrafo Segundo** – O valor do capital social da Companhia poderá ser reduzido para fins de restituição aos sócios mediante demonstração do seu excesso pela Companhia, respeitado(s) o(s) limite(s) mínimo(s) previsto(s) no Edital e no Contrato de Concessão, quando houver prévia e expressa autorização do Poder Concedente.



**Artigo 7º** – Salvo nas hipóteses previstas no artigo 172, da Lei das S.A., os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas, sempre na proporção das suas participações no capital da Companhia.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 8º** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e por Reunião do Conselho de Administração, respectivamente, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

**Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua individualização.

### **SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 9º** – O Conselho de Administração será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**Artigo 10** – Caberá a Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, com a escolha, dentre os Conselheiros eleitos, daquele que exercerá a função de Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo seu suplente ou, na sua ausência, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito.

**Parágrafo Segundo** – No caso de ausência ou impedimentos temporários dos demais membros do Conselho de Administração, estes serão substituídos por seus suplentes ou, na ausência destes, por outro membro por eles indicado por escrito.







**Parágrafo Terceiro** – No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração ou de membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo respectivo suplente, ou, na sua ausência, por outro membro indicado pelos Conselheiros remanescentes, o qual permanecerá no cargo até que a Assembleia Geral escolha o novo Conselheiro para substituí-lo, cumprindo, o substituto, a gestão pelo prazo que se fizer necessário para a eleição do novo Conselheiro. Para os fins deste parágrafo, ocorrerá a vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração ou de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado ou invalidez.

**Artigo 11** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, conforme o calendário a ser aprovado na última reunião de cada ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita à Companhia, devendo esta providenciar a convocação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, salvo quando de caráter urgente, hipótese em que a convocação, formal ou informal, deverá ser realizada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, com apresentação de pauta dos assuntos a serem tratados. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros em exercício e as deliberações serão tomadas na forma do disposto no Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

**Parágrafo Segundo** – Excetuadas as matérias sujeitas a quórum qualificado estabelecidas em Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos seus membros.

**Parágrafo Terceiro** – Independente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

**Parágrafo Quarto** – As Reuniões de Conselho de Administração poderão ser realizadas por vídeo ou teleconferência, desde que todas as pessoas participantes possam ser claramente identificadas e que seja lavrada uma ata de reunião, com descrição das decisões tomadas, a qual deverá ser assinada pelos Conselheiros presentes ou seus representantes participantes da reunião.

**Artigo 12** – As Reuniões de Conselho de Administração poderão ser realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, mas poderão ser realizadas em outra localidade se assim determinado pela Companhia, devendo tal fato constar expressamente da convocação.



**Parágrafo Primeiro** – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada Ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião ou devidamente representados por outro Conselheiro presente, e posteriormente arquivada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Segundo** – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Artigo 13** – O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou por Estatuto Social:

- I) Aprovar políticas de aplicação geral na Companhia;
- II) Fixar a orientação geral para os negócios da Companhia;
- III) Aprovar o Programa de Ação da Companhia e suas alterações, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais de curto, médio e longo prazo e orçamentos anual e plurianual, e acompanhar sua execução;
- IV) Eleger e destituir os Diretores, e fixar-lhes as respectivas remunerações, observando o limite geral estabelecido anualmente pela Assembleia Geral;
- V) Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- VI) Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral e deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- VII) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VIII) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; escolher e destituir os auditores independentes da Companhia e das sociedades por ela controladas;
- IX) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras ao final de cada exercício social e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- X) Submeter à Assembleia Geral propostas sobre fusão, cisão, incorporação envolvendo a Companhia, ou sua dissolução, após manifestação prévia sobre tais assuntos;
- XI) Deliberar sobre a aquisição ou resgate de ações de emissão da própria Companhia, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a respectiva alienação;





- XII) Propor à Assembleia Geral a contratação de empréstimos e/ou capitalização, quando efetuados através de emissão de títulos mobiliários conversíveis em capital da Companhia;
- XIII) Deliberar sobre a assunção de obrigações em contratos de financiamento e/ou empréstimos que imponham restrições à distribuição de dividendos e à disponibilidade de ações da Companhia;
- XIV) Deliberar sobre a contratação de operações financeiras que contenham Artigo prevendo vencimento antecipado da dívida da Companhia em casos de inadimplemento de obrigações da Companhia, de suas controladas e/ou de terceiros;
- XV) Deliberar sobre qualquer investimento pela Companhia ou por sociedades controladas por esta, em atividades não relacionadas aos seus respectivos objetos sociais;
- XVI) Deliberar sobre a realização de investimentos de valor superior ao que vier a ser fixado pelo próprio Conselho de Administração como competência da Diretoria, em reunião específica;
- XVII) Aprovar a aquisição ou alienação, pela Companhia ou pelas sociedades controladas por esta, de participações societárias em outras empresas;
- XVIII) Decidir sobre a locação, alienação, oneração ou gravame de bens do ativo permanente da Companhia quando o valor da operação ultrapassar de forma isolada ou agregada, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, valor superior ao que vier a ser fixado pelo próprio Conselho de Administração como competência da Diretoria, em reunião específica;
- XIX) Aprovar a aquisição de bens e contratação de serviços de qualquer natureza fora do curso normal dos negócios;
- XX) Aprovar a criação ou aquisição de sociedades controladas para desempenhar atividades não relacionadas aos objetos sociais da Companhia;
- XXI) Decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas, de qualquer valor, para assegurar o cumprimento de obrigações de quaisquer terceiros, bem como sobre a concessão de garantias, a suas subsidiárias, em valores superiores ao que vier a ser fixado pelo próprio Conselho de Administração como competência da Diretoria, em reunião específica;
- XXII) Deliberar sobre a celebração de transação, acordo ou contrato, de qualquer espécie e natureza, entre a Companhia e suas acionistas, seus controladores, suas controladas e sociedades que se encontrem sob controle comum com as Acionistas, diretamente ou por meio de terceiros, bem como sobre a alteração de qualquer transação, acordo ou contrato que tenha sido anteriormente aprovado;
- XXIII) Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- XXIV) Deliberar sobre aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme artigo 5º, parágrafo primeiro deste Estatuto Social;
- XXV) Propor o aumento do capital social à Assembleia Geral, quando conveniente;



- XXVI) Aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho de Administração;
- XXVII) Autorizar a celebração de acordo de acionistas pelas sociedades controladas direta e indiretamente;
- XXVIII) Aprovar, no âmbito das sociedades controladas e coligadas da Companhia, as matérias que devem ser submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia;
- XXIX) Deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto.

## SEÇÃO II DA DIRETORIA

**Artigo 13** – A Diretoria será constituída por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) Diretores, sem designação específica, com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de até 3 (três) anos, permitida a reeleição, e os Diretores permanecerão no exercício pleno de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores, os demais eleitos farão a sua substituição.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em caso de vacância definitiva do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração indicará o substituto, convocando de imediato reunião do Conselho de Administração, a ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias da data em que tiver sido constatada a vacância para que seja eleito o substituto definitivo, que completará o prazo restante de gestão.

**Artigo 16** – Na hipótese de intervenção, prevista no art. 32 da Lei nº 8.987/95, haverá delegação do poder decisório da Companhia ao interventor indicado pelo Poder Concedente.

**Artigo 17** – Os Diretores representarão a Companhia e desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações, com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** – Compete aos Diretores sem designação específica dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e a orientação previamente traçada pelo Conselho de Administração, bem como: I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II. Elaborar o Programa de Ação a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração; III. Definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores sem designação específica na execução do Programa de



Junta Comercial do Estado do Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Itré 31300141764 e protocolo 215782208 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C938E4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578 220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  pag. 23/36

Ação; IV. Promover a execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; V. representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto neste Estatuto Social; e VI. Providenciar a elaboração do relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – Os poderes e atribuições da Diretoria serão estabelecidos por resolução do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** – É vedado à Diretoria: (a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no país ou no exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração; (b) contrair empréstimos, *hedges* e outros contratos financeiros sem à prévia aprovação do Conselho de Administração, desde que estes valores ultrapassem 5% (cinco por cento) do Capital Social da empresa (isolado ou conjugado com outros contratos similares); e (c) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

**Artigo 18** – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa de qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Único** – A Diretoria reunir-se-á com a presença dos seus membros em exercício, realizando-se as reuniões, normalmente, na sede da Companhia e, excepcionalmente, em qualquer outro local previamente estabelecido.

**Artigo 19ª** – A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas de dois Diretores, de um Diretor agindo em conjunto com um procurador ou de dois procuradores com poderes específicos conferidos na forma deste Estatuto Social. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais, cujo prazo poderá ser indeterminado, e deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores.

**Parágrafo Primeiro** – Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos: I. endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia; II. Autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; III. Registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários; e IV. Recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.





**Parágrafo Segundo** – Em casos especiais, a juízo dos Diretores da Companhia, poderão ser outorgados a 1 (um) só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos.

#### **CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL**

**Artigo 20º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, que exercerá as atribuições impostas por lei, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, sendo admitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

**Parágrafo Terceiro** – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.

**Parágrafo Quarto** – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Parágrafo Quinto** – Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada concorrente; ou (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro ou órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de acionista controlador ou controlada de concorrente.

**Artigo 21** – Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo Primeiro** – Independente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.



**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros, sem prejuízo do direito de manifestações e dissidências por parte de quaisquer de seus integrantes.

**Parágrafo Terceiro** – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinada pelos seus membros presentes.

**Parágrafo Quarto** – O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento Interno próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

#### **CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES E ASSEMBLEIAS DE SÓCIOS**

**Artigo 22** – As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas, uma vez por ano, no prazo de até 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições deste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral dos acionistas será convocada pelo Conselho de Administração ou de acordo com a lei.

**Parágrafo Segundo:** A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contando o respectivo prazo de publicação do primeiro anúncio; não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Artigo 23** – As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo seu suplente. Na ausência do suplente do Presidente do Conselho de Administração, as Assembleias serão presididas pelo membro do Conselho de Administração que vier a ser escolhido, por escrito, pelo Presidente do Conselho de Administração, cabendo ao Presidente da Assembleia designar um dos presentes para funcionar como Secretário.

**Artigo 24** – As Assembleias Gerais sempre serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 3/4 do capital social votante da Companhia, para as deliberações que envolvam a reforma do presente Estatuto Social, ou de acionistas representando 1/4 do capital social votante da Companhia, para as demais matérias e, em segunda convocação, com qualquer quórum, em ambas as hipóteses conforme artigos 125 e 135 da Lei das S.A.



**Artigo 25º** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia, não se computando os votos em branco, observados as matérias de veto e os quóruns qualificados estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e/ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Único:** As Atas das Assembleias Gerais serão transcritas em livro próprio, o qual será mantido pela Companhia apenas para este propósito.

**Artigo 26** – Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá estar devidamente registrado no Livro de Registro de Acionistas da Companhia até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

**Parágrafo Primeiro:** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

**Parágrafo Segundo:** As atas das Assembleias poderão, por decisão dos acionistas, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transição das deliberações tomadas, observado o disposto no artigo 130, parágrafo 1º alíneas “a” e “b”, da Lei das S.A.

**Parágrafo Terceiro:** Será atribuição da Assembleia Geral manifestar-se previamente e/ou aprovar, se for o caso, propostas de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

**Parágrafo Quarto:** Será atribuição da Assembleia Geral fixar, anualmente, os limites, por operação, dentro dos quais os Diretores, observado o disposto na Artigo 17 deste Estatuto Social, poderão, sem a prévia autorização do Conselho de Administração, contratar empréstimos ou financiamentos, e quaisquer outros instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado no país ou no exterior;

## **CAPÍTULO VI**

### **EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 27** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 28** – Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos



*[Handwritten signatures]*

menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.

**Parágrafo Primeiro:** Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição dos resultados com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo:** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I. 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; II. Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva de contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; III. Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observando o disposto no Parágrafo Terceiro desta Artigo; IV. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo Terceiro desta Artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; V. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e VI. O saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

**Parágrafo Terceiro:** Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos do inciso IV do Parágrafo Segundo acima e da Lei.

**Parágrafo Quarto:** Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação em vigor, imputando-os, ou não, como pagamento total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários.



**Parágrafo Quinto:** Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio cujo pagamento vier a deliberar.

**Artigo 29 –** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 30 –** A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou por deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo Único:** Em caso de dissolução extrajudicial da Companhia, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e eleger o liquidante e o Conselho Fiscal par funcionar durante a fase de liquidação.

## **CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL**

**Artigo 31 –** A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal comprometem-se a resolver, por meio de arbitragem conduzida pela Câmara Mineira de Mediação e Arbitragem – CAMARB, através do seu Regulamento de Arbitragem (“Regulamento de Arbitragem”), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia e do Regulamento de Arbitragem.

**Artigo 32 –** O tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”) será constituído por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) deles indicado pela parte a pedido de quem a arbitragem foi instaurada, outro indicado pela parte em face de quem a arbitragem foi instaurada e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, indicado pelos 2 (dois) árbitros indicados pelas partes. O(s) árbitro(s) não indicado(s) pela(s) parte(s) no prazo estabelecido deverão ser indicados de acordo com as regras de arbitragem da Câmara de Arbitragem.

**Artigo 33 –** A arbitragem terá sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**Artigo 34 –** A arbitragem será regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para resolução de controvérsias a ele submetida.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215/82208/27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C938E4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

VERIFICAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL pág. 29/36

3

W



**Artigo 35** – A decisão arbitral será definitiva, irrecorrível e vinculará as partes, seus sucessores e cessionários, que se comprometem a cumpri-la espontaneamente e renunciam expressamente a qualquer forma de recurso, ressalvado o pedido de correção de erro material ou de esclarecimento de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão da sentença arbitral, conforme previsto no artigo 30 da Lei de Arbitragem, ressalvando-se, ainda o exercício de boa-fé da ação de nulidade estabelecida no artigo 33 da Lei de Arbitragem. Se necessária, a execução da decisão arbitral poderá se dar em qualquer juízo que tenha jurisdição ou que tenha competência sobre as partes e seus bens.

**Artigo 36** – Os custos, despesas e honorários incorridos com o procedimento arbitral serão rateados entre as partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pela Câmara de Arbitragem. Proferida a decisão final, a parte vencida deverá ressarcir todos os custos, despesas e honorários periciais ou advocatícios incorridos pelas partes no processo arbitral, atualizados monetariamente com base na variação positiva do [IPCA], calculado *pro rata die* para o período compreendido entre a data em que os referidos custos, despesas e honorários tiverem sido incorridos pela parte vencedora e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre a data da divulgação do laudo arbitral e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado. Caso a vitória de uma parte seja parcial, ambas arcarão com os custos, despesas e honorários incorridos, na proporção de sua derrota, conforme decidido na sentença arbitral.

#### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 37** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.

**Artigo 38** – Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

**Artigo 39** – O pagamento dos dividendos aprovados em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumentos do capital, será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados.

#### **CAPÍTULO X ACORDO DE ACIONISTAS**

**Artigo 40** – Os Acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam Artigos e condições de compra e venda de ações de



emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais ou dos órgãos colegiados de deliberação da Companhia.

**Parágrafo Único:** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais Acordos de Acionistas serão válidas e obrigarão a terceiros, tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância de tais acordos e o Presidente da Assembleia geral ou dos órgãos colegiados de deliberação da Companhia, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

**Assina digitalmente:**

Alexandre Humberto Caramatti Manata  
Diretor Presidente

**Advogado Responsável:**

Nome: Ben-Hur Silva de Albergaria Filho

CPF/MF: 813.956.206-87

OAB/MG - 70423





**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/578.220-8	MGP2100471504	23/07/2021


Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Lixo 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA-GERAL

pág. 32/36

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 50394, expedida em 16/06/1999, inscrito no CPF nº 623.957.426-00, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is).

Documento(s) apresentado(s):

1. Comprovante de depósito efetuado em 25/08/2021, na Conta 1.535.369-9 - 1 página(s)

Belo Horizonte/MG, 13 de setembro de 2021.

Nome do declarante que assina digitalmente: PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, IIRE 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucomg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pag 33/36



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, de NIRE 3130014176-4 e protocolado sob o número 21/578.220-8 em 27/07/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31300141764, em 16/09/2021. O ato foi deferido eletronicamente pela 1ª TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
813.956.206-87	BEN HUR SILVA DE ALBERGARIA FILHO

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
752.093.656-20	ALEXANDRE HUMBERTO CARAMATTI MANATA
623.957.426-00	PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/578.220-8.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL**

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
623.957.426-00	PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
623.957.426-00	PEDRO WAGNER FREIRE MAGALHAES

Belo Horizonte, quinta-feira, 16 de setembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Marcos Innecco Correa em 16/09/2021, às 18:21 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Scheilla Nery de Souza Queiroz em 16/09/2021, às 18:21 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Antonio Cesar Ribeiro em 16/09/2021, às 18:21 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/578.220-8.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Uire 31300141764 e protocolo 215782208 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578.220-8 e o código de segurança p5ED. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Validado em 17/09/2021 por 35/36



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Registro Digital



O ato foi defendido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 16 de setembro de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico o registro sob o nº 31300141764 em 16/09/2021 da Empresa SPE NOVO CRUZEIRO S/A, Nire 31300141764 e protocolo 215782208 - 27/07/2021. Autenticação: 8F16A0871C567A9C93BE4B3AA282E2C1EFF47. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/578 220-8 e o código de segurança p5ED Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/09/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

  
  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL  
pág. 36/36



29  
6

**marcos**

---

**De:** marcos <marcos.kayser@mercadocruzeiro.com.br>  
**Enviado em:** quarta-feira, 27 de outubro de 2021 09:07  
**Para:** 'mercados@pbh.gov.br'; 'jduarte@pbh.gov.br'; 'julianamattos@pbh.gov.br';  
'tatiane.mreis@pbh.gov.br'  
**Assunto:** SPE NOVO CRUZEIRO S/A - LEI ORGÂNICA; CNPJ; FIC; INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL  
**Anexos:** DECLARAÇÃO DE LEI ORGÂNICA.jpg; CNPJ SPE NOVO CRUZEIRO.pdf; FIC PBH.pdf; SALDO-22-10-2021 INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL.pdf

Prezada Juliana Duarte,

Bom dia!

Segue documentação.

Estou à disposição!

Att

Marcos Kayser  
Diretor

g. @



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
DIRETORIA CENTRAL DE COMPRAS**

**DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA**

**CONCORRÊNCIA Nº 006/2020**

**Processo nº 01.087749.20.15**

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da SPE NOVO CRUZEIRO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 43.552.323/0001-09, sediada na Rua Urano, nº 145, Térreo – sala 06, Bairro Santa Lúcia, CEP 30.350-580, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima, não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

*Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)*

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

Belo Horizonte, 29 de Outubro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
MARCOS ANDRÉ BITTENCOURT KAYSER

2.  




**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

29-  
6



Itaú Empresas

**30**  
horas

### Conta

Nome: SPE N CRUZEIRO S/A  
Agência: 6590 Conta: 29829-2

### Saldo de Conta Corrente

22/10/2021 às 18:06:54h	
Descrição	Valor (R\$)
(+) SDO PROVISORIO CTA CORR	2.546.772,36
(=) VALOR TOTAL DISP P/ SAQUE	2.546.772,36

### Posição de Investimentos

22/10/2021 às 18:06:54h

Investimentos	Saldo (R\$)
Total <sup>(1)</sup>	0,00

### Posição de Capitalização

Produtos	Saldo (R\$)	Consultar
Capitalização	Informação não disponível no momento	

(1) Total: não estão contempladas as posições em ações, produtos financeiros e ações escrituradas pelo Itaú. Valores sujeitos a alterações até o fechamento do dia, em função de eventuais lançamentos efetuados. Os produtos não divulgados nesta posição consolidada poderão ser consultados de forma individual, no canal de divulgação específico.

Dúvidas, sugestões e reclamações, se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco ([www.itaui.com.br](http://www.itaui.com.br)). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24hs todos os dias.

g.

**55. ANEXO III DO CONTRATO**

**PROJETO BÁSICO**

CONCESSÃO PARA GESTÃO, REFORMA, REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MERCADO  
DISTRITAL DO CRUZEIRO E DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL/FEIRA COBERTA DO  
BAIRRO SÃO PAULO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG.

g. 



## **55. DO OBJETO**

55.1. O objeto do CONTRATO é a concessão para a gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital do Cruzeiro e da Central de Abastecimento Municipal/Feira Coberta do Bairro São Paulo, ambos localizados no Município de Belo Horizonte/MG.

55.2. A execução do OBJETO abrangerá a realização das seguintes obrigações:

- a) elaboração de projetos e planos e a obtenção de todas as licenças necessárias à execução do OBJETO da CONCESSÃO;
- b) exploração comercial dos MERCADOS, garantindo as FUNÇÕES TÍPICAS DE MERCADO;
- c) manutenção de todas as instalações, bens e equipamentos existentes e implementados nos MERCADOS, conforme o CONTRATO e seus ANEXOS, bem como com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- d) apresentação e execução do PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL - PTO, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, em especial do Anexo III.1 – Dos Encargos da Concessionária;
- e) apresentação e execução do PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS, em especial o Anexo III.1 - Dos Encargos da Concessionária;
- f) pleno atendimento ao nível de SERVIÇOS previsto no Anexo III.1 – Dos Encargos da Concessionária e no Anexo III.2 – Sistema de Mensuração de Desempenho, ambos do CONTRATO, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

55.3. O OBJETO será desenvolvido em duas fases sendo:

- 1. Fase 1 – fase que se inicia na data de emissão da ORDEM DE INÍCIO DA FASE 1 pelo PODER CONCEDENTE, após publicação do extrato do instrumento;
- 2. Fase 2 – fase que se inicia na data de emissão da ORDEM DE INÍCIO DA FASE 2 que será emitida após a aprovação pelo PODER CONCEDENTE do PROGRAMA DE INTERVENÇÃO conforme cláusula 5 do CONTRATO, oportunidade em que terá início o período de licenciamento e das obras.

g.



## **ANEXO III.1 – DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**

### **CAPÍTULO I – DIRETRIZES**

#### **56. DEFINIÇÕES**

56.1. Para fins deste Anexo e sem prejuízos de outras definições já estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

- a) **AGRICULTURA URBANA:** o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços, conforme redação dada pelo Art. 1º, § 1º da Lei Municipal nº 10.255, de 13 de setembro de 2011.
- b) **AGRICULTOR FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL:** aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, conforme redação do Art. 3º da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
- c) **FUNÇÕES TÍPICAS DE MERCADO:** São funções típicas de mercados, sem prejuízo de outras semelhantes: i. Contribuir para o abastecimento da cidade; ii. Oferecer à população produtos da cesta básica e hortifrutigranjeiros de qualidade; iii. Contribuir com a regulação do mercado de abastecimento em termos de qualidade, preço e disponibilidade; iv. difundir a cultura culinária de Minas Gerais; v. Comercializar artesanato que represente a diversidade cultural mineira e belo-horizontina; vi. Ser uma referência de lazer e cultura na cidade; vii. Oferecer opções de alimentos orgânicos

3. 

e agroecológicos para a população; viii. Contribuir para a comercialização de alimentos, orgânicos e agroecológicos, *in natura* e processados, oriundos de assentamentos da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, bem como da produção regional e realizada em áreas urbanas e periurbanas, fortalecendo as rotas curtas de comercialização; ix. Contribuir para a comercialização de produtos provenientes de grupos que se organizam pelos princípios da Economia Solidária; x. ofertar à população alimentos com certificação de origem; xi. Contribuir para o desenvolvimento territorial, social, local e regional;

- d) **PAREDES E/OU TETOS VERDES:** Paredes e/ou tetos parcialmente ou completamente cobertos com vegetação que inclui um meio de crescimento como terra e/ou outro substrato natural.
- e) **PRODUTO ORGÂNICO:** produto oriundo de um sistema orgânico de produção agropecuária, em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente, conforme redação do art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.
- f) **PRODUTO AGROECOLÓGICO:** produto de produção agroecológica, aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação, conforme redação dada pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.
- g) **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA:** constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas

8.



produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, conforme redação dada pela Lei Estadual nº 15.028, de 19 de janeiro de 2004.

- h) **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:** A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, conforme redação dada pelo Art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
- i) **SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA:** conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço que atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa, conforme redação dada pelo Art. 2º, XVI do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

## **57. DIRETRIZES GERAIS**

- 57.1. Este ANEXO - DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA descreve e detalha as obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA em relação a obras, operação, serviços, manutenção e demais encargos durante a CONCESSÃO.
- 57.2. A CONCESSIONÁRIA deve executar todos os SERVIÇOS e dispor de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para o regular cumprimento do OBJETO.
- 57.3. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal com vistas à execução das atividades relacionadas à CONCESSÃO, observado o disposto no CONTRATO.
- 57.4. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver práticas e modelos de gestão conforme normas vigentes, de forma a assegurar que as necessidades de todos os USUÁRIOS estejam

S,



compreendidas, aceitas e atendidas, fornecendo SERVIÇOS e produtos com os níveis de qualidade impostos pelo CONTRATO e seus ANEXOS.

- 57.5. A CONCESSIONÁRIA deverá atuar em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, zelando especialmente pela transparência.
- 57.6. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar e, após aprovação pelo Poder Concedente, contratar profissional(is) detentor(es) de conhecimento amplo sobre o processo criativo e de criação de ações e projetos na área de A & B (Alimentos & Bebidas) e/ou gestão de mercados, feiras públicos e/ou gestão de cooperativas de produção e comercialização de alimentos agroecológicos da agricultura urbana ou familiar, comprovada por sua trajetória profissional, de no mínimo 03 anos na área. Este(s) profissional(is) deverá(ão) auxiliar a CONCESSIONÁRIA no dever de zelar pela gestão das atividades típicas de mercado, bem como, de desenvolver e executar ações e projetos de A&B.

## **CAPÍTULO II – TRANSFERÊNCIA DA OPERAÇÃO DOS MERCADOS**

### **58. ENCARGOS DE TRANSFERÊNCIA DA OPERAÇÃO**

- 58.1. A fim de assegurar uma transição eficaz das operações dos MERCADOS entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, minimizando o impacto sobre os PERMISSIONÁRIOS e USUÁRIOS dos MERCADOS, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL conforme definido no EDITAL e previsto no CONTRATO, para assunção da ÁREA DA CONCESSÃO.
- 58.2. A CONCESSIONÁRIA deverá firmar contrato privado de locação com os PERMISSIONÁRIOS, obedecendo as condições e limites temporais estabelecidos no Lei Municipal nº xx 2019 (PL 747/2019), que tramita na Câmara Municipal de Belo Horizonte.
- 58.3. O contrato de locação a ser firmado com os PERMISSIONÁRIOS deverá constar o valor do aluguel com preço de mercado compatível com as mesmas condições e previsões de índices de reajuste que serão referências para com os demais lojistas. Entretanto, no caso dos PERMISSIONÁRIOS, o instrumento deverá conter, ainda, dispositivo informando que o valor do aluguel receberá um abatimento temporário por 60 (sessenta) meses, conforme disposto no Lei Municipal nº xx 2019 e, que, na sequência, o valor do aluguel passará a ser o já constante no instrumento de locação, porém, sem o referido abatimento, com as

g. 



devidas correções monetárias.

- 58.4. Nos termos da Lei Municipal nº xx 2019, o instrumento de locação a ser firmado com os PERMISSIONÁRIOS deverá contemplar, ainda, que, nos casos em que as obras comprovadamente impedirem o funcionamento das atividades do PERMISSIONÁRIO por mais de 30 (trinta) dias, o período em que sua atividade deixar de funcionar será compensado ao final dos 60 (sessenta) meses com a dilação do prazo na exata proporção.
- 58.5. A CONCESSIONÁRIA deverá conceder prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do extrato do CONTRATO de concessão para que os PERMISSIONÁRIOS providenciem todas as licenças e alvarás necessários para o regular desenvolvimento de suas atividades, devendo, na sequência, tomar todas as medidas legais necessárias para que a manutenção de todos os lojistas e comerciantes, permissionários ou não, nos MERCADOS, seja realizada exclusivamente dentro dos parâmetros legais.
- 58.6. A CONCESSIONÁRIA poderá, para fins de melhor alocação dos lojistas e utilização dos espaços, realizar ajustes nas áreas dos boxes a serem utilizados pelos PERMISSIONÁRIOS devendo, nesse caso, atentar-se para que o valor da locação seja diminuído na mesma proporção, considerada a área constante no Termo de Permissão Remunerada de Uso. Caso a alteração seja no sentido de ampliação da área dos boxes a serem utilizados pelos PERMISSIONÁRIOS, a medida não implicará em aumento do valor do aluguel praticado, observada as subcláusulas 3.2, 3.3 e 3.4 acima.
- 58.7. São vedadas ajustes nas dimensões dos boxes a serem utilizados pelos PERMISSIONÁRIOS que comprovadamente inviabilizem a atividade comercial dos mesmos.
- 58.8. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar em instrumento particular a ser firmado com PERMISSIONÁRIO, todas as obrigações estabelecidas no Termo de Permissão Remunerada de Uso assinado com o Município de Belo Horizonte, sob pena de perder o direito de permanecer no Mercado na condição de ex permissionário.
- 58.9. As intervenções de obras, reforma e implantação de equipamentos nos MERCADOS deverão ser executadas visando reduzir ao máximo os impactos ambientais.
- 58.10. As intervenções de obras, reforma e realocação dos PERMISSIONÁRIOS nos MERCADOS deverão respeitar o PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL e o PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, garantindo o funcionamento regular dos MERCADOS durante sua implantação.

g.

W



58.11. Durante a reforma, ampliação e construção de novas estruturas a CONCESSIONÁRIA deverá considerar:

58.11.1. O funcionamento das atividades dos MERCADOS;

58.11.2. Existência de sanitários acessíveis;

58.11.3. Acessos para veículos e pedestres mantidos em perfeitas condições de tráfego durante todo o período de execução da obra;

58.11.4. Demolições e retiradas de materiais, executadas de forma a evitarem danos a terceiros e ao meio ambiente, com a adoção de medidas para a segurança dos operários, funcionários e usuários dos MERCADOS;

58.11.5. Ainda, a CONCESSIONÁRIA deverá ter o cuidado especial com resíduos gerados durante a execução da obra, respeitando as diretrizes da resolução 307/2012 do CONAMA, NBR 15.112, NBR 15.113, NBR 15.114 e suas alterações posteriores;

58.11.6. Disponibilização, em local visível aos usuários dos MERCADOS de informações atualizadas sobre o projeto e a execução da obra, informando o estágio atual, o andamento em termos percentuais do cronograma, bem como a estimativa de conclusão.

### **CAPITULO III – ENCARGOS DE OBRA**

#### **59. PROJETO E CONSTRUÇÃO**

59.1. No prazo definido no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, para sua aprovação, o PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, contendo o ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO e o Cronograma de Entrega de Obras.

59.2. Na execução das obrigações atinentes à elaboração dos projetos e a execução de serviços de arquitetura e engenharia para demolição, reforma e construção de novas edificações, a CONCESSIONÁRIA deverá respeitar os parâmetros urbanísticos vigentes e seguir todas as normas aplicáveis nos âmbitos federal, estadual e municipal, em especial as Leis Municipais nº 7.165/1996, 7.166/1996 e 9.725/2009, ou outras que vierem a substituí-las.

59.3. Os projetos, obras e serviços deverão garantir a acessibilidade arquitetônica e comunicacional às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, devendo estar em

g.

W



conformidade com as legislações e com as normas aplicáveis, com as determinações do Código de Obras e Edificações do Município de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 9.725/2009), bem como com a política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 9.078/2005) e das normas técnicas aplicáveis, em especial as Leis Federais nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015, o Decreto Federal nº 5.296/2004 e a NBR ABNT 9050:2015, ou outras que vierem a substituí-las.

- 59.4. A CONCESSIONÁRIA deverá executar todos os serviços e fornecer todos os itens e materiais necessários para o cumprimento do escopo de projeto e para a realização dos encargos de obra nos MERCADOS.
- 59.5. Os projetos devem, sempre que possível, adotar práticas sustentáveis, a fim de promover eficiência energética e economia no uso da água e de outros materiais. Os projetos deverão ter como base os princípios da arquitetura flexível e utilizar materiais sustentáveis, visando à máxima integração dos MERCADOS com o bairro, meio ambiente e paisagem do bairro.
- 59.6. Os projetos deverão propiciar o uso dos MERCADOS para FUNÇÕES TÍPICAS DE MERCADO, considerando-o como espaço de comércio local, bem como, de integração comunitária e propício às atividades culturais e recreativas.
- 59.7. Os MERCADOS devem buscar ser um centro de convivência para os moradores e visitantes da região onde se encontra. Nesse sentido, o desenho arquitetônico deverá refletir este conceito.
- 59.8. São diretrizes específicas para o projeto e obra de novas edificações, para instalações de caráter não permanente, para reforma de edificações e de estruturas existentes nos MERCADOS a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA:
- 59.8.1. o uso racional de energia por meio do favorecimento na tipologia arquitetônica de ventilação e iluminação natural;
  - 59.8.2. o sombreamento de fachadas;
  - 59.8.3. o uso de luminárias e lâmpadas com alta eficiência lumínica, resultando em baixa potência instalada e garantia de conforto aos USUÁRIOS;
  - 59.8.4. a priorização pelo uso de materiais recicláveis, sempre que possível, que diminuam desperdícios, resíduos na obra e que possam ser reaproveitados;
  - 59.8.5. o dimensionamento eficiente de instalações elétricas e hidráulicas e de sistemas

3.

W

estruturais, para evitar danos a equipamentos e desperdícios de materiais;

59.8.6. a utilização de equipamentos com selos de alta eficiência energética;

59.8.7. a captação e tratamento, sempre que possível, de água de chuva para reutilização em irrigação de jardins e bacias sanitárias;

59.8.8. a instalação de equipamentos economizadores de água nos banheiros;

59.8.9. o uso de mictórios secos ou com válvulas de acionamento de baixa vazão e fechamento automático;

59.8.10. a instalação, sempre que possível, de tecnologias limpas de geração de energia, tais como painéis fotovoltaicos para aproveitamento da energia solar;

59.8.11. a redução dos impactos ambientais, sempre que possível, por meio da redução da impermeabilidade do solo, bem como pela instalação de jardins externos e internos, unidade de agricultura urbana, com fins educativos ou outros, verticais ou horizontais, PAREDES E/OU TETOS VERDES;

59.8.12. a instalação, sempre que possível, de painel de arte urbana, interno ou externo, cuja temática seja condizente às FUNÇÕES TÍPICAS DE MERCADO e às diretrizes da política municipal de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

59.8.13. A redução dos impactos ambientais, sempre que possível, por meio de destinação sustentável e separação de resíduos secos, recicláveis e orgânicos.

59.9. A CONCESSIONÁRIA será responsável por todo tipo de passivo decorrente das obras e benfeitorias que realizar, sendo encarregada pela retirada de entulhos, realização e retiradas de canteiros de obras e adequada destinação de resíduos.

59.10. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelas demolições necessárias à realização dos encargos de obra, podendo propor outras demolições durante a CONCESSÃO, desde que sejam devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo PODERCONCEDENTE.

59.11. Durante a execução das obras é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o fornecimento de todos os serviços de supervisão e engenharia; suprimento de mão de obra, canteiros de serviço, materiais, equipamentos, peças sobressalentes e acessórios; utilidades e suprimentos de construção; materiais temporários, estruturas e instalações; transporte (inclusive, sem limites, descarga e movimentação), armazenamento e quaisquer outros serviços necessários para a execução das obras dentro dos padrões de

g. R

qualidade exigidos em contrato.

- 59.12. No projeto luminotécnico deverão ser previstos pontos de iluminação visando atender às necessidades de iluminação interna e externa, de modo a integrar e valorizar os diversos ambientes, respeitando as características da edificação no que tange ao conceito da iluminação.
- 59.13. O sistema de sanitário dos MERCADOS deverá estar adequado à legislação vigente e demais normas incidentes.
- 59.14. A CONCESSIONÁRIA deve fornecer completa infraestrutura de rede elétrica, água, saneamento, gás, e quaisquer outras necessárias ao bom funcionamento e com qualidade correspondente aos objetivos dos MERCADOS.
- 59.15. Todos os projetos deverão obedecer às disposições e orientações de ordem legal e técnica, determinados pelos poderes públicos e entidades como: Município, Estado e União através de legislação própria pertinente ao assunto, caso houver; órgãos e concessionárias locais de prestação de serviços públicos; Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais.
- 59.16. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar tratamento acústico em áreas destinadas a eventos de forma a garantir a redução significativa do impacto causado pela poluição sonora no entorno do Mercado.

## **60. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO**

60.1. O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO nos MERCADOS deverá ser realizado conforme disposto no CONTRATO e deverá contemplar todas as intervenções identificadas abaixo, mas não se limitando a:

- 60.1.1. Análise, identificação e intervenções estruturais da edificação;
- 60.1.2. Revisão, manutenção e adequação das instalações hidráulicas de água, bombeiros e esgoto;
- 60.1.3. Revisão, manutenção e adequação do sistema da cobertura;
- 60.1.4. Restauro de danos e reconstituição da fachada, assim como redimensionamento da comunicação visual interna e externa ao mercado;
- 60.1.5. Elaboração de projeto específico de calçadas e acessibilidade,

9. 

contemplando as diretrizes dos órgãos de tombamento e legislação vigente para acessibilidade universal;

g) Revisão, manutenção e adequação das instalações prediais, de medidas de segurança, prevenção e combate a incêndio, incluindo extintores, hidrantes, saídas de emergência;

h) Manutenção dos processos de coleta, armazenamento e destinação de resíduos;

i) Revisão e reforma de paredes internas e fechamentos externos, reconstituição de revestimento e repintura de paredes que apresentam manchas de umidade, deslocamentos, má conservação da pintura e fissuras;

j) Revisão, manutenção, substituição de peças e conexões das louças, metais e acessórios dos sanitários;

k) Adequação à acessibilidade, de maneira a atender aos requisitos mínimos previsto em legislação para mobilidade de pessoas com restrição de mobilidade, incluindo instalação e/ou adequação das rampas de acesso, elevadores e sanitários.

#### **CAPÍTULO IV – ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA DOS MERCADOS**

##### **61. ADMINISTRAÇÃO**

61.1. A CONCESSIONÁRIA deve manter as instalações em condições de funcionamento adequado durante toda a vigência do CONTRATO, devendo executar diretamente ou indiretamente, todos os SERVIÇOS necessários à plena operação dos MERCADOS.

61.2. A CONCESSIONÁRIA deve operar os MERCADOS em conformidade com os parâmetros previstos no ANEXO III.2 – DO SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO (SMD)

61.3. É obrigação da CONCESSIONÁRIA manter o PODER CONCEDENTE informado acerca de todos os detalhes da prestação dos serviços que constituam objeto do CONTRATO, respondendo a qualquer consulta por ele formulada num prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da consulta.

61.4. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar equipe de profissionais em quantidade necessária e condizente ao perfeito cumprimento dos serviços especificados neste ANEXO – DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

g.





- 61.5. A equipe deve ser regularmente treinada e capacitada para exercer as atividades de sua responsabilidade.
- 61.6. A CONCESSIONÁRIA deverá observar, nas contratações de pessoal, a legislação trabalhista vigente, notadamente as leis específicas de encargos trabalhistas, previdenciários, tributário, fiscal, bem como os acordos, convenções e dissídios coletivos de cada categoria profissional.
- 61.7. É dever da CONCESSIONÁRIA cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação vigente, e sempre visando à prevenção de acidentes no trabalho.
- 61.8. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao seu pessoal os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs) necessários para o desempenho de suas atividades.
- 61.9. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu pessoal acidentado.

## **62. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

- 62.1. Compete à CONCESSIONÁRIA a execução de serviços de limpeza das áreas internas e externas dos MERCADOS, durante o horário de funcionamento, incluindo neste serviço a gestão de resíduos, por meio de política de segregação e coleta seletiva, acaso haja no bairro.
- 62.2. A execução de serviços de limpeza pela CONCESSIONÁRIA abrange as seguintes atividades:
- 62.2.1. Limpeza, por meio de lavagem, higienização e desinfecção de todos os ambientes de uso comum e superfícies fixas, de forma a promover a remoção de sujidades visíveis, tais como poeira, manchas, lodo, líquidos e resíduos. Os serviços serão executados em todas as instalações dos MERCADOS em superfícies, tais como: mobiliários, portas, pisos, paredes, armários, corredores, parapeitos, rodapés, janelas, ventiladores, luminárias em geral (inclusive externas), parte interna e externa do prédio, escadas, cortinas, persianas, grades, balcões, maçanetas, mesas, cadeiras, instalações sanitárias, extintores de incêndio, telefones, lixeiras, espelhos, dispensadores, saboneteiras (limpeza das faces interna e externa), papeleiras, elevadores, escadarias, circulações, vidros, vidraças, tetos, placas de comunicação visual, filtros e bebedouros,

3.



tapetes, dentre outros;

62.2.2. Limpeza e conservação de todos os espaços internos e externos de uso comum, inclusive as lixeiras;

62.2.3. Limpeza e polimento de metais tais como: válvulas, registros, sifões, fechaduras e etc.;

62.2.4. Limpeza periódica de caixa d'água;

62.2.5. Abastecimento, sempre que necessário, de dispensadores, saboneteiras, papel higiênico e papel toalha;

62.2.6. Limpeza e desobstrução de ralos de escoamento, inclusive seu desentupimento quando necessário;

62.2.7. Limpeza interna de bebedouros;

62.2.8. Recolhimento de materiais perdidos e manutenção de serviço de achados e perdidos; colocar em demais encargos

62.2.9. Varrição e lavagem de áreas internas e externas, calçadas, entrada e saída dos MERCADOS;

62.2.10. Remoção de lixo das lixeiras;

62.2.11. Segregação, acondicionamento e transporte interno dos resíduos, até o local de sua coleta.

62.3. A CONCESSIONÁRIA deverá executar os serviços de modo a evitar interferências no bom andamento da rotina de funcionamento das empresas inquilinas e na visitação dos USUÁRIOS, podendo, inclusive, executá-los em horários alternativos ao do funcionamento dos MERCADOS.

62.4. Todos os produtos utilizados para limpeza e desinfecção deverão estar registrados no Ministério da Saúde.

### 63. CONTROLE DE PRAGAS

63.1. Compete à CONCESSIONÁRIA o controle integrado de pragas nos MERCADOS, incluindo áreas internas e externas, para insetos (baratas; cupins; formigas; lagartas; moscas, mosquitos; pernilongos (*Aedes aegypti*)); aracnídeos (aranhas; carrapatos; escorpiões); determinados mamíferos (camundongos, ratos, ratazanas, morcegos) e outras pragas que possam causar danos ou risco à saúde dos usuários dos MERCADOS.

S.



A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a dedetização, preferencialmente, nos horários em que não haja funcionários nos MERCADOS.

63.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá executar, no mínimo trimestralmente, os serviços de controle de pragas (ex: desinsetização, descupinização e desratização).

63.1.2. O serviço de controle de vetores e pragas urbanas deverá ser realizado com empresa especializada que detenha licenciamento junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

63.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Local (área do MERCADO) onde foi realizado o serviço;
- b) Praga(s) alvo;
- c) Data de execução dos serviços;
- d) Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- e) Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- f) Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- g) Orientações pertinentes ao serviço executado;
- h) Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- i) Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;
- j) Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

63.1.4. Com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, deverão ser afixados cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitárias e ambientais.

63.1.5. As embalagens vazias deverão ser retornadas ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

#### **64. MANUTENÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES CIVIS, ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS, EQUIPAMENTOS, UTILITÁRIOS E MOBILIÁRIOS**

g. @

- 64.1. Conforme determinado no CONTRATO, é dever da CONCESSIONÁRIA manter íntegros e conservar todos os bens, equipamentos e instalações dos MERCADOS sob sua responsabilidade, que deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar e promover, oportunamente, as substituições demandadas em função de desgaste ou superação tecnológica, ou, ainda, promover os reparos e modernizações necessários à boa execução e à manutenção das condições adequadas das atividades e serviços.
- 64.2. Cabe à CONCESSIONÁRIA identificar os equipamentos integrantes do seu patrimônio de forma a não serem confundidos com similares do patrimônio do PODER CONCEDENTE, observada a disciplina do regime de bens da concessão, prevista no CONTRATO.
- 64.3. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção e prevenção de falhas de todos os sistemas e infraestrutura presentes nos MERCADOS, englobando, mas não se limitando a:
- 64.3.1. Sistema predial (obra civil, pintura, acabamento, pisos, forros etc.);
  - 64.3.2. Instalações elétricas;
  - 64.3.3. Instalações hidráulicas;
  - 64.3.4. Sistema de combate a incêndio
  - 64.3.5. Vidros;
  - 64.3.6. Pavimentação;
  - 64.3.7. Elevadores;
  - 64.3.8. Circuito Fechado de Televisão – CFTV;
  - 64.3.9. Equipamentos, utilitários e mobiliários.
- 64.4. Em relação ao item “Equipamentos, utilitários e mobiliários”, a obrigatoriedade de manutenção por parte da CONCESSIONÁRIA se restringe àqueles integrantes do seu patrimônio ou do PODER CONCEDENTE, não abrangendo os itens obtidos pelos inquilinos e PERMISSIONÁRIOS, ainda que instalados nos MERCADOS.
- 64.5. Os serviços de manutenção de equipamentos, como elevadores, devem ser realizados por empresas especializadas e profissionais devidamente capacitados, cabendo à CONCESSIONÁRIA obter e preservar atualizados os laudos técnicos dessas empresas atestando as boas condições de uso desses equipamentos.
- 64.6. O escopo de serviços a serem prestados de forma contínua pela CONCESSIONÁRIA são os

3



seguintes:

- 64.6.1. Reparos;
- 64.6.2. Conservação Predial e;
- 64.6.3. Manutenção Predial

64.7. As atividades que deverão ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA consideradas como sendo de conservação predial são aquelas que abrangerão:

- 64.7.1. Conservações de rotina: aquelas operações voltadas para a conservação, executadas de forma permanente que apresentam uma programação contínua e rotineira com intuito de manter e/ou evitar um defeito ou alguma inconformidade.
- 64.7.2. Conservações especiais: conjunto de operações de conservação que devem ser executadas periodicamente no intuito de revitalizar e/ou melhorar o ambiente.
- 64.7.3. Serviços de reparos: operações de conservação que têm por objetivo realizar possíveis reparos, reposições necessárias, reconstrução ou restauração de elementos obstruídos ou danificados dos ambientes. Deve corrigir falhas imprevistas, provocadas por eventos extraordinários não previsíveis.

64.8. A manutenção predial divide-se em:

- 64.8.1. Rotineira: envolve o conjunto de serviços de rotinas pré-estabelecidas. Tem o objetivo de garantir o aumento da vida útil e antecipar possíveis falhas no intuito, inclusive, de restaurar a originalidade dos ambientes e equipamentos.
- 64.8.2. Preventiva: envolve o conjunto de intervenções que são programadas, bem como os serviços de manutenção rotineira que implicam em reinvestimentos no intuito de manter a vida útil da infraestrutura e ambientes.

64.9. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar, evoluir e fechar os chamados de manutenção utilizando sistema informatizado, contendo as seguintes funcionalidades básicas:

- 64.9.1. Possibilidade de abertura de chamados pelos inquilinos e PERMISSIONÁRIOS;
- 64.9.2. Controle do cronograma de manutenções de rotinas;
- 64.9.3. Controle de chamados de manutenção;
- 64.9.4. Descrição da solução dada ao problema;
- 64.9.5. Acompanhamento de pendências;

3



- 64.9.6. Gerenciamento do material utilizado;
- 64.9.7. Gerenciamento do tempo de realização do serviço;
- 64.9.8. Geração de relatórios técnico-gerenciais;
- 64.9.9. Registro de histórico detalhado de intervenções realizadas nos bens.
- 64.10. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as manutenções que se façam necessárias para o bom funcionamento do MERCADO nos prazos e condições definidos no Anexo IV do EDITAL – Sistema de Mensuração de Desempenho.
- 64.11. A CONCESSIONÁRIA deverá programar as manutenções em data e horário de modo a não interferir nas atividades de funcionamento da atividade comercial dos inquilinos, PEMISSIONÁRIOS e dos MERCADOS.
- 64.12. A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar todo material necessário à realização das manutenções, como peças de reposição, lâmpadas, produtos, dentre outros, com a finalidade de manter o perfeito funcionamento dos equipamentos integrantes da CONCESSÃO.
- 64.13. A CONCESSIONÁRIA deverá manter todas as áreas verdes da CONCESSÃO, incluindo as áreas gramadas, árvores, plantas e arbustos, procedendo à sua poda, adubagem, plantio e reposição, observado o ANEXO V – DIRETRIZES DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO.
  - 64.13.1. É dever da CONCESSIONÁRIA manter as áreas da concessão livres de ervas daninhas, musgo, lodo, lixo, corpos estranhos, bem como realizar substituição de espécies mortas ou insalubres.

## **65. SEGURANÇA**

- 65.1. É encargo da CONCESSIONÁRIA adotar as providências necessárias para garantir aos USUÁRIOS adequadas condições de acesso, circulação e segurança nas dependências dos MERCADOS.
- 65.2. Os encargos da CONCESSIONÁRIA relacionados ao acesso e segurança dos MERCADOS podem ser divididos em segurança patrimonial, acesso e monitoramento e gerenciamento de imagens de segurança.
- 65.3. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deve manter disponível número suficiente de profissionais de segurança, de modo a desempenhar corretamente as funções de vigilância patrimonial,

3. 



portaria e monitoramento de circuito fechado de televisão (CFTV), inclusive noturno, além de caber a ela providenciar treinamento adequado a esses profissionais.

65.4. O Circuito Fechado de Televisão (CFTV) deverá ser utilizado em regime contínuo, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano.

65.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá possuir armazenamento das imagens pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias;

65.4.2. As câmeras do CFTV devem estar distribuídas por toda a área dos MERCADOS, prioritariamente nas edificações, ou locais que necessitem maior controle.

65.5. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela segurança dos bens e pessoas que estejam nos MERCADOS cabendo a ela executar, por meio de vigilantes treinados, rondas na área de sua responsabilidade adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem.

65.5.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela adequada conduta dos profissionais de segurança contratados, que deverão agir com urbanidade, cortesia, civilidade e respeito, em observância estrita à conduta ética e à legislação pertinente, sendo proibido qualquer tipo de discriminação, constrangimento, comprovação vexatória ou estigma aos permissionários, locatários, ou usuários do mercado.

65.6. Compete à CONCESSIONÁRIA comunicar ao PODER CONCEDENTE e demais autoridades de segurança pública todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio ou contra as pessoas no ambiente dos MERCADOS.

65.7. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar e manter registro e controle diário das ocorrências relativas à segurança dos MERCADOS, que remetam a sua área de responsabilidade.

65.8. A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar com as autoridades competentes nos casos de emergência nas instalações, visando à manutenção das condições de segurança.

65.9. As ações de vigilância e segurança da CONCESSIONÁRIA se restringem aos limites das instalações dos MERCADOS e do escopo da CONCESSÃO.

65.10. A CONCESSIONÁRIA deverá prover o controle de entrada e saída de veículos nos estacionamentos.

65.11. Os vigias, quando não estiverem em atividades de ronda presencial, deverão atentar-se:

65.11.1. Imagens captadas e transmitidas pelas câmeras aos monitores, de maneira a detectar possíveis modificações na área protegida e tomar as providências





cabíveis previamente especificadas, podendo, caso necessário, acionar as autoridades competentes;

65.11.2. Efetuar todos os procedimentos cabíveis quando detectar uma ocorrência, identificando o local de origem e tomando as providências necessárias;

65.11.3. Garantir o efetivo repasse de todas as orientações recebidas e vigentes, bem como eventual anomalia observada ou ocorrências em andamento nos MERCADOS, entre os profissionais que assumirão o posto, quando houver troca de turno

g W

## **66. DEMAIS ENCARGOS**

- 66.1. O fornecimento de serviços de abastecimento de água, esgoto, energia, comunicação e demais serviços públicos deverão ser contratados exclusivamente de empresas que detém outorga vigente para a concessão destes serviços públicos.
- 66.2. A CONCESSIONÁRIA deverá prover os serviços de zeladoria na forma, qualidade e quantidade necessárias ao bom andamento dos serviços dos MERCADOS.
- 66.3. A CONCESSIONÁRIA deverá adquirir todo o material de consumo e peças de reposição que utilizar na execução dos serviços de zeladoria.
- 66.3.1. A execução dos SERVIÇOS e a operação das áreas comuns de cada um dos MERCADOS poderão ser regidas por condomínio.
- 66.3.2. Acaso a CONCESSIONÁRIA opte pela administração em forma de condomínio, sua gestão deverá ser embasada em um Estatuto de Condomínio.
- 66.3.3. O Estatuto de Condomínio deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com o CONTRATO, seus ANEXOS e com a legislação aplicável e submetido à aprovação do PODER CONCEDENTE que deverá manifestar-se no prazo de dez dias corridos e, acaso não seja contestado nesse prazo, o Estatuto estará aprovado.
- 66.3.4. No caso da administração em forma de condomínio, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos de contratações que vier a realizar, acompanhados de pesquisas de mercado, justificativa e demonstração de compatibilidade com as necessidades dos MERCADOS, sob pena de ser notificada pelo PODER CONCEDENTE para que corrija possíveis excessos e de responder por descumprimento contratual.
- 66.3.5. A cobrança da taxa de condomínio, inclusive para os PERMISSIONÁRIOS, poderá ser realizada a contar da data da ORDEM DE INÍCIO DA FASE 1.
- 66.3.6. Na hipótese de espaços comerciais vagos, as cotas referentes serão automaticamente transferidas à CONCESSIONÁRIA, que deve arcar com os custos correspondentes.
- 66.3.7. A taxa de condomínio a ser cobrada pela CONCESSIONÁRIA somente poderá contemplar despesas ordinárias e indispensáveis para limpeza, vigilância,





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

jardinagem, zeladoria, promoção e manutenção do software de gestão, dos MERCADOS, sendo vedada qualquer percepção de lucros ou instituição de fundo de reserva com recursos dos condôminos.

## **67. DO ESPAÇO DESTINADO À UNIDADE PRODUTIVA COLETIVA/COMUNITÁRIA DOS MERCADOS**

67.1. Poderá ser reservada uma área de exploração gratuita para a produção e comercialização de gêneros alimentícios advindos de cultivo de hortifrúteis observadas as determinações dos itens seguintes.

67.2. Caberá a CONCESSIONÁRIA alimentar a área com terra suficiente para o início das atividades.

67.3. O Comitê de Relações Comunitárias de cada um dos MERCADOS, previsto no CONTRATO, será responsável pela seleção do grupo coletivo de produtores, os quais deverão ser escolhidos a partir das diretrizes da política municipal de agricultura urbana da SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

67.3.1. O grupo coletivo de produtores selecionado será responsável pela atividade de plantio, cultivo e colheita no espaço de exploração gratuita destinado à unidade produtiva, cabendo ao Comitê de Relações Comunitárias a definição de parâmetros de utilização da área, sua fiscalização e, em caso de necessidade, substituição.

67.4. Do espaço de exploração gratuita destinado à unidade produtiva deverá ser reservada área mínima para venda dos produtos de origem exclusiva dessa unidade.

67.4.1. Será permitida venda de outros produtos oriundos da agricultura urbana, desde que previamente autorizados pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE.

67.4.2. A verificação dos produtos que serão comercializados nessa área será feita por profissional competente, designado pela SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, o qual emitirá Atestado de Produção com objetivo de certificar que aqueles produtos foram produzidos na unidade produtiva coletiva/comunitária.

67.5. Mesmo no espaço de exploração gratuita destinado à unidade produtiva, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar todos os serviços previstos no CONTRATO e seus ANEXOS.



## CAPÍTULO V – EXPLORAÇÃO COMERCIAL

### 68. EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS ESPAÇOS DOS MERCADOS

- 68.1. É de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a exploração comercial dos MERCADOS, nos termos do CONTRATO.
- 68.2. A ocupação dos centros comerciais por meio de locação das lojas, boxes e espaços comerciais deve ser definido pela CONCESSIONÁRIA, o qual deve respeitar as restrições legais, diretrizes do PODER CONCEDENTE, especialmente quanto às FUNÇÕES TÍPICAS DE MERCADO.
- 68.3. Os ramos de atividades a serem disponibilizados nos MERCADOS e definidos pela CONCESSIONÁRIA, devem estar contidos na lista apresentada abaixo:
- 68.3.1. Comércio de produtos de origem animal:
  - 68.3.2. Açougue;
  - 68.3.3. Avícola; e
  - 68.3.4. Peixaria;
- 68.4. Comércio de serviços de alimentação:
- 68.4.1. Cafeteria;
  - 68.4.2. Casa de suco;
  - 68.4.3. Bebidas (choperia, cachaçaria, enoteca e outros);
  - 68.4.4. Doçaria;
  - 68.4.5. Lanchonete;
  - 68.4.6. Padaria;
  - 68.4.7. Pastelaria;
  - 68.4.8. Restaurante
- 68.5. Comércio de produtos alimentícios, bebidas e outros produtos não especificados:
- 68.5.1. Adega;
  - 68.5.2. Cachaçaria
  - 68.5.3. Artigos religiosos;
  - 68.5.4. Bazar e armarinhos;
  - 68.5.5. Condimentos, especiarias e ervanária;
  - 68.5.6. Empório/Mercearia;

g.





- a) Empório típico;
- b) Frios e laticínios;
- c) Floricultura;
- d) Hortifrutícula;
- e) Papelaria/Livraria/Revistaria;
- f) Produtos para uso animal;
- g) Rotisseria;
- h) Utilidades domésticas; e
- i) Tabacaria.

68.6. Comércio de frutas, verduras, legumes, cogumelos e similares.

68.6.1. Comércio de vegetais processados.

68.6.2. Comércio de bebidas.

68.6.3. Comércio de cereais e grãos.

68.6.4. Comércio de doces.

68.6.5. Comércio de embalagens.

68.6.6. Comércio de produtos industrializados.

68.6.7. Comércio de produtos para uso animal.

68.6.8. Artesanato e arte.

68.7. A disponibilização de ramos de atividades não contemplados na lista apresentada acima dependerá da prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.

68.8. A CONCESSIONÁRIA deverá destinar 25% (vinte e cinco inteiros por cento) da área locável total de boxes de cada um dos MERCADOS para os BOXES INCENTIVADOS.

68.9. A CONCESSIONÁRIA deverá incentivar a agricultura orgânica e agroecológica, em que o consumo de alimento saudável possa ser valorizado e seu produtor incentivado a produzir com maior qualidade e a preço competitivo. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá destinar uma área de, no mínimo, 30 (trinta) metros quadrados, em cada um dos MERCADOS, para a instalação do "armazém da agroecologia" que deverá ser locado para formas associativas de produtores de gêneros alimentícios agroecológicos, orgânicos, preferencialmente vinculados à prática da AGRICULTURA URBANA, AGRICULTURA FAMILIAR e advindos de participantes do SPG (Sistema Participativo de Garantia) da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

g.



68.9.1. O valor de locação do espaço referido na subcláusula anterior deverá ser compatível com o valor de locação de BOXES INCENTIVADOS.

68.9.2. O uso indevido ou a vacância total do referido espaço implicará na substituição do(s) ocupante(s), mediante avaliação do PODER CONCEDENTE.

68.10. A exploração comercial a partir de expansões e ampliações na área construída devem ser previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE, bem como, observar o CONTRATO e a regulamentação vigente, em especial as resoluções normativas e diretrizes dos órgãos de preservação do Patrimônio.

68.11. As intervenções a serem executadas para exploração de atividades econômicas por meio das expansões e ampliações não poderão inibir o funcionamento adequado dos MERCADOS.

## 69. ESTACIONAMENTO

69.1. É facultada e de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a exploração e gestão do estacionamento, sendo-lhe permitida a terceirização da operação, atendida, em todo o caso, a legislação municipal referente ao tema.

69.2. A CONCESSIONÁRIA deve adotar sistema de cobrança, com mecanismos de controle que permita gerenciar o acesso e a permanência dos veículos.

69.3. No que diz respeito à segurança do estacionamento, compete à CONCESSIONÁRIA zelar pela segurança dos usuários, funcionários, veículos (e bens guardados em seu interior) e demais bens situados nos estacionamentos, sendo seu dever protegê-los, especialmente contra furtos e roubos, sem prejuízo do dever de ressarcimento de terceiros pelas perdas e danos eventualmente verificados, observada a legislação vigente.

69.4. Devem ser disponibilizadas vagas para idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo, bem como portadores de necessidades especiais, conforme exigido pela legislação vigente.

J.

W

## 70. EVENTOS

70.1. É de direito da CONCESSIONÁRIA a exploração comercial onerosa dos espaços destinados a eventos nos MERCADOS, por meio de shows, apresentações, feiras e outras atividades, mediante a cobrança de ingressos, locação de espaço e comercialização de espaços publicitários.

70.1.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável por:

- a) Todas as obrigações decorrentes da execução dos eventos, incluindo o devido licenciamento, materiais, mão-de-obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidos em função da exploração comercial onerosa dos espaços destinados a eventos;
- b) Manter o funcionamento dos MERCADOS, sem prejudicar o bom andamento das atividades comerciais dos inquilinos, dos PERMISSIONÁRIOS e USUÁRIOS durante a execução dos eventos;
- c) Manter a segurança dos usuários, funcionários, equipamentos e jardins.

70.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar gratuitamente ao Comitê de Relações Comunitárias 02 (duas) datas por semestre para realização de eventos no espaço de convivência multiuso dos MERCADOS.

70.2.1. Os eventos que tratam a subcláusula 15.2. não poderão cobrar entrada e a CONCESSIONÁRIA e o Comitê de Relações Comunitárias deverão firmar, em instrumento próprio e para cada evento, as responsabilidades que ficarão a cargo do referido comitê.

70.2.2. Caberá ao Comitê de Relações Comunitárias definir as datas referidas na subcláusula anterior, bem como selecionar os eventos a serem realizados.

g.

W